



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

Redenção, CE
Maio/2012

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO
BRASILEIRA UNILAB
COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO ABERTA E À DISTÂNCIA - CEAD

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Esse projeto foi elaborado por:

Profª Drª. Eliane Moreira Sá de Souza – UFG
Coordenadora
Profª Drª Neiva de Araújo Marques – UFMT
Prof. MSc. Oreste Preti – UFMT
Prof. Dr. Paulo Guedes – UFBA

E adaptado para atendimento ao Edital Nº 019, de 03 de maio de 2012 do Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por:

Profª Drª Maria Aparecida da Silva -
CEAD/UNILAB
Prof. Dr John Herbert da Silva Félix -
CEAD/UNILAB
Profª Dra Marília De Franceschi Neto
Domingos - CEAD/UNILAB
Profª Drª Samia Nagib Maluf – Coordenação
da Área de Administração - UNILAB

Redenção, CE
Maio/2012

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

a) Nome do Curso:

BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

b) Proponente:

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

c) Público-Alvo:

Concluintes do segundo grau, que residam nas regiões dos municípios Pólos de Apoio Presencial do Curso de Administração Pública da UAB, selecionados por meio de processo seletivo de ingresso na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

d) Número de Vagas:

Serão ofertadas até 300 vagas, distribuídas nos Pólos de Apoio Presencial do Curso no Ceará e na UNILAB, com abrangência aos municípios circunvizinhos, conforme será especificado no item 4 desse PPC.

e) Forma de Ingresso:

Processo Seletivo

f) Duração do Curso:

Mínimo 8 e máximo 9 semestres para integralização curricular.

g) Previsão para início das atividades:

O início das atividades se dará no mês de janeiro de 2013.

2. INTRODUÇÃO

O Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e fomento dos cursos da UAB, e consequentemente, a democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério de Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, estimula a oferta do curso de Administração Pública na modalidade a distância, operacionalizado pelas Instituições Públicas de Ensino Superior, de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso Bacharelado em Administração Pública vem ao encontro das necessidades das organizações públicas contemporâneas, que buscam gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera regional, nacional e internacional, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos da nação.

Para atender a demanda pela formação superior de gestores públicos no Estado do Ceará, incluindo seus mais distantes municípios, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira oferta o curso de Administração Pública na modalidade a distância (EaD), como forma eficaz para ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo assim sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O projeto pedagógico do curso está pautado na observância aos dispositivos legais e dispositivos regimentares Institucionais, entre eles:

- ▶ *LDB* – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20.12.1996);
- ▶ *DCN* – Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração, Bacharelado (Resolução CNE/CES nº 4 de 13.07.2005);



- ▶ *SINAES* – Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior;
- ▶ Estatuto da UNILAB;
- ▶ Regimento da UNILAB;
- ▶ Resoluções do Conselho Superior da UNILAB – CONSUP
- ▶ Regimento da Coordenação de Educação Aberta e à Distância da UNILAB – CEAD.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Administração – Bacharelado estabelecem uma estrutura mínima para o projeto pedagógico do curso, contemplando os elementos estruturais abaixo, os quais integram este projeto:

- I. objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- II. condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- III. cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV. formas de realização da interdisciplinaridade;
- V. modos de integração entre teoria e prática;
- VI. formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII. modos de integração entre graduação e pós-graduação;
- VIII. incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- IX. concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização;
- X. concepção e composição das atividades complementares;
- XI. inclusão de trabalho de conclusão de curso sob as modalidades monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades, centrados em campo teórico-prático ou de formação profissional; e
- XII. especificação de cursos de pós-graduação *lato-sensu* e *stricto-sensu*, caracterizando a educação continuada.

O Curso de Administração Pública será ofertado na modalidade a distância. É importante compreender que a Educação a Distância (EaD) não pode ser reduzida a questões metodológicas, ou à simples gestão acadêmico-administrativa, ou como possibilidade apenas de emprego de Novas Tecnologias da Comunicação (NTCs) na prática docente e no processo formativo dos estudantes.

Não existe uma metodologia de Educação a Distância (EaD) e, menos ainda, um “modelo” único na oferta de cursos a distância. Cada instituição, ao longo desses anos, vem construindo sua experiência em EaD e se ajustando à modalidade, dando-lhe identidade, calcada na realidade local e na trajetória da instituição e dos profissionais que atuam na EaD.

Cabe esclarecer que nesse projeto não estão definidos os aspectos procedimentais para as IPES, no que diz respeito ao modelo de gestão e de organização do curso. Isso será definido no projeto pedagógico de cada instituição. O que está acenado aqui são os aspectos gerais sobre a modalidade de EaD, em sua dimensão conceitual e de gestão, para que seja garantida a qualidade na formação profissional dos estudantes deste curso.

3. CARACTERIZAÇÃO REGIONAL

A expansão da educação superior no Brasil, a partir do aumento de investimentos em ciência, tecnologia e cultura e do número de instituições federais de educação superior (ampliação das existentes e criação de novas unidades), é um dos eixos centrais da política educacional do Governo brasileiro. Nesse sentido, o programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, constitui um dos mais importantes e inovadores programas voltados à recuperação do sentido público e compromisso social da educação superior, dada sua orientação de expansão com qualidade e inclusão.

A instalação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Na cidade de Redenção – CE, criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, espelha concretamente essa política.

No entanto, a instalação da UNILAB na cidade de Redenção, no Ceará, marco nacional por seu pioneirismo na libertação de escravos, não representa apenas o atendimento das metas do REUNI em seu objetivo de promover o desenvolvimento de regiões ainda carentes de instituições de educação superior no país - como é o caso do Maciço do Baturité, onde será instalada. Ela aponta também para um encontro da nacionalidade brasileira com sua história, à medida que terá por foco tornar-se um centro de pesquisa e formação de jovens brasileiros em interação com estudantes de países onde também se fala a língua portuguesa.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB terá natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação. Atendendo à diretriz do MEC de interiorização da educação superior no país, terá seu principal campus brasileiro na cidade de Redenção, localizada na região do Maciço do Baturité, junto à Serra de Guaramiranga, no estado do Ceará.

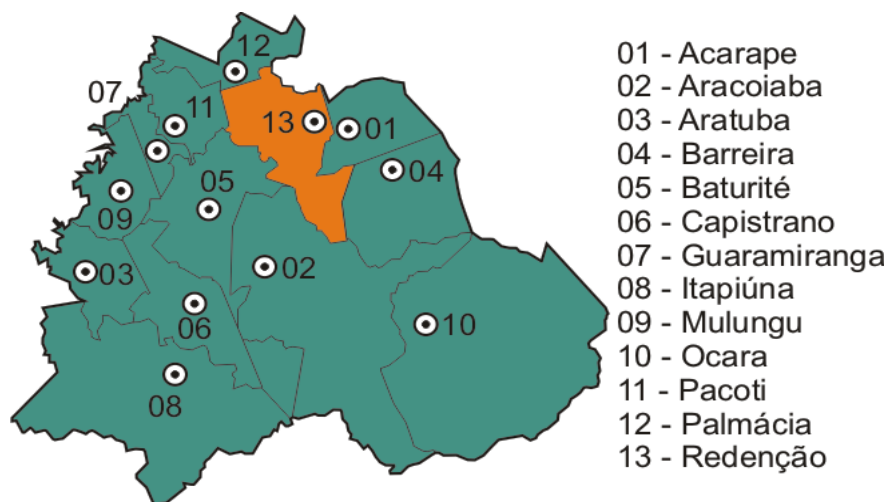
Além de seu campus principal, a UNILAB pretende implantar uma rede de unidades a fim de atender às demandas dos municípios da região do Maciço do Baturité e de seu entorno, com extensão às demais localidades do estado e do Nordeste brasileiro.

O município de Redenção está localizado na região do Maciço de Baturité, a 55 km de distância de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. A região é composta pelos municípios cearenses de Pacoti, Palmácia, Guaramiranga, Mulungu, Aratuba,



Capistrano, Itapiúna, Baturité, Aracoiaba, Acarape, Redenção, Barreira e Ocara, além dos municípios de Guaiúba e Caridade.

Figura 1 – Municípios da região do Maciço do Baturité/CE



Os municípios da região refletem condições econômicas, que atrelados à realidade social local, justificam a consolidação da UNILAB como um instrumento relevante para o desenvolvimento da região.

Tomando por base alguns dados econômicos, Redenção apresentou em 2010 a população estimada de 26.423, Produto Interno Bruto (PIB) em 2008 de R\$ 90.982.000,00 e PIB per capita, no mesmo ano, de aproximadamente R\$ 3.417,29, conforme tabela a seguir:

DADOS GERAIS SOBRE A REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ					
MUNICÍPIOS	ÁREA km²	POPULAÇÃO 2010	PIB 2008 (R\$ 1 mil)	PIB PER CAPITA 2008 (R\$ 1)	IDH 2000
Acarape	155,188	15.337	41.759	2.849,00	0,622
Aracoiaba	656,532	25.405	87.276	3.456,33	0,597
Aratuba	142,538	11.529	54.704	4.384,40	0,633
Barreira	245,946	19.574	70.366	3.654,05	0,619
Baturité	308,780	33.326	119.177	3.614,93	0,642
Capistrano	194,797	17.063	50.755	2.992,08	0,631
Guaramiranga	59,471	4.165	23.867	5.646,25	0,655
Itapiúna	588,684	18.626	59.313	3.225,27	0,633
Mulungu	134,594	11.485	52.695	4.526,28	0,650
Ocara	765,366	24.012	71.053	2.915,48	0,594
Pacoti	111,959	11.607	44.961	3.918,89	0,668
Palmácia	117,816	12.005	32.736	3.043,77	0,650
Redenção	225,626	26.423	90.982	3.417,29	0,651
Ceará	148,826	8.448.055	60.098.877	7.111,85	0,699

Fontes: IBGE. IPECE. CDR-Macijo de Baturité.

Os dados acima evidenciam o potencial para crescimento e desenvolvimento da região, tanto do ponto de vista econômico, pelos dados de PIB dos municípios, quanto pelo desenvolvimento, apontado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Nesse contexto, a atuação da UNILAB na região, poderá causar impacto positivo nesses índices, dadas condições de crescimento e desenvolvimento ainda muito abaixo da média do Estado do Ceará e do Brasil.

No entanto, a instalação da UNILAB na cidade de Redenção, no Ceará, marco nacional por seu pioneirismo na libertação de escravos, não representa apenas o atendimento das metas do REUNI em seu objetivo de promover o desenvolvimento de regiões ainda carentes de instituições de educação superior no país - como é o caso do Maciço do Baturité, onde será instalada. Ela aponta também para um encontro da nacionalidade brasileira com sua história, à medida que terá por foco tornar-se um centro de pesquisa e formação de jovens brasileiros em interação com estudantes de países onde também se fala a língua portuguesa.

4. INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO- BRASILEIRA- UNILAB AO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB

Em outubro 2008, criou-se a Comissão de Implantação da UNILAB (instituída pela Secretária de Educação Superior) que, ao longo de dois anos fez levantamentos e estudos a respeito de temas e problemas comuns ao Brasil e países parceiros nessa integração. Levantou atividades para o planejamento institucional, preparou a organização da estrutura acadêmica e curricular e a administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças etc.

Durante esse período foram realizadas incansáveis reuniões, debates e parcerias importantes, tanto no Brasil como no exterior, pelos membros da comissão. Além disso, foram analisadas propostas e diretrizes elaboradas por entidades vinculadas ao desenvolvimento da educação superior no mundo. Foram privilegiados temas propícios ao intercâmbio de conhecimentos na perspectiva da cooperação solidária, além de sua aderência às demandas nacionais, relevância e impacto em políticas de desenvolvimento econômico e social.

Em 20 de julho de 2010, o Presidente da República sancionou a lei nº 12.289 instituindo a Unilab como Universidade Pública Federal. Após a nomeação do Reitor Pro Tempore Paulo Speller, os trabalhos da comissão foram encerrados.

Em face do exposto, a concretização da proposta da UNILAB - que desde sua concepção vem recebendo amplo apoio e reconhecimento da comunidade internacional - gera diversos desafios em termos da constituição de sua arquitetura física e formativa, exigindo inovações em termos de construção de currículo, contratação de docentes, elaboração de estratégias de acesso e acompanhamento de estudantes, relações



interinstitucionais, dentre outros. Inovações que exigem ousadia, coragem e criatividade.

Ainda no que tange ao projeto formativo, cabe destacar a importância das tecnologias de informação e comunicação (TICs), pois, ao longo de sua trajetória acadêmica, o estudante terá acesso a diversas metodologias integradoras do ensino, fundamentadas no uso intensivo de tecnologias.

As TICs também servirão de base para a educação aberta em conjunto com os países parceiros visando a formação em serviço por meio de pólos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), sob coordenação da UNILAB.

Nessa perspectiva foi criada a Coordenação de Educação Aberta e à Distância – CEAD, na UNILAB.

A Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância (CEAD) é unidade acadêmica especial responsável pela administração, coordenação didático-pedagógica, oferta de programas, cursos e projetos de educação aberta, à distância e semipresencial em todo âmbito da UNILAB, vinculada diretamente à Reitoria da UNILAB, tendo sido criada pela Resolução nº 05/2001 do Conselho Superior da Universidade.

São finalidades da CEAD: Coordenar, supervisionar e dar apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão, cultura e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, exercidas mediante ações de Educação à Distância.

As atividades da CEAD focam a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem a partir da utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação.

São objetivos da Coordenadoria da Educação Aberta e a Distância - CEAD:

- I - Garantir a implantação, implementação, desenvolvimento e aperfeiçoamento do processo educativo na modalidade a distância, por meio de ações didático-pedagógicas, tecnológicas e administrativas adequadas;
- II – Conduzir o processo de definição e auxiliar na execução de políticas e diretrizes para a educação aberta, à distância ou semipresencial estabelecidas pela UNILAB, apoiando a efetivação das proposições de planejamento estratégico para as ações definidas pela instituição;
- III – Auxiliar na supervisão, promoção e avaliação da qualidade acadêmica das ações para a educação aberta, a distância e semipresencial da UNILAB;
- IV – Prestar assessoria técnica para aprimoramento didático-pedagógico em educação a distância às unidades da Universidade;



V - Acompanhar a gestão das ações em educação a distância da Universidade;

VI - Assessorar as pró-reitorias de graduação, pós-graduação, extensão e de administração nas ações de implementação e acompanhamento das atividades de educação a distância.

A CEAD é então a unidade responsável na UNILAB pelo acompanhamento dos programas e ações para a oferta de cursos a distância.

Especificamente, o curso de Administração Pública – EaD está planejado para ser ofertado em 05 Pólos de Apoio Presencial, conforme quadro abaixo:

Município Pólo		Nº de vagas
1	Aracati	50
2	Aracoiaba	50
3	Limoeiro do Norte	50
4	Redenção	100
5	São Francisco do Conde	50
TOTAL		300

5. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Como vimos, a UNILAB foi criada no âmbito da política brasileira de expansão da rede pública de educação superior. Em atenção ao Plano Nacional de Educação/PNE 2000-2010 e ao Plano de Desenvolvimento da Educação/PDE, lançado pelo Presidente da República em abril de 2007, o Governo brasileiro busca expandir a rede pública federal de educação superior, em especial em áreas que promovam a descentralização e interiorização, por meio da criação de ao menos uma instituição federal em cidades-pólo do entorno regional.

Esta posição decorre da decisão de interferir em um círculo vicioso em que a baixa escolaridade da população se reflete na pobreza econômica da localidade/região e vice-versa. A região Nordeste apresenta uma das mais baixas taxas de escolarização do Brasil, estando também abaixo da média nacional de desenvolvimento social.

E, embora nos anos recentes a economia nordestina venha se fortalecendo, em grande parte devido à criação e desenvolvimento de um parque industrial regional, persiste um traço negativo: sua concentração em grandes cidades como Recife, Salvador e Fortaleza. Faz-se um desafio, portanto, estender o fenômeno do crescimento para as cidades do interior, evitando que estas permaneçam excluídas do processo de desenvolvimento.

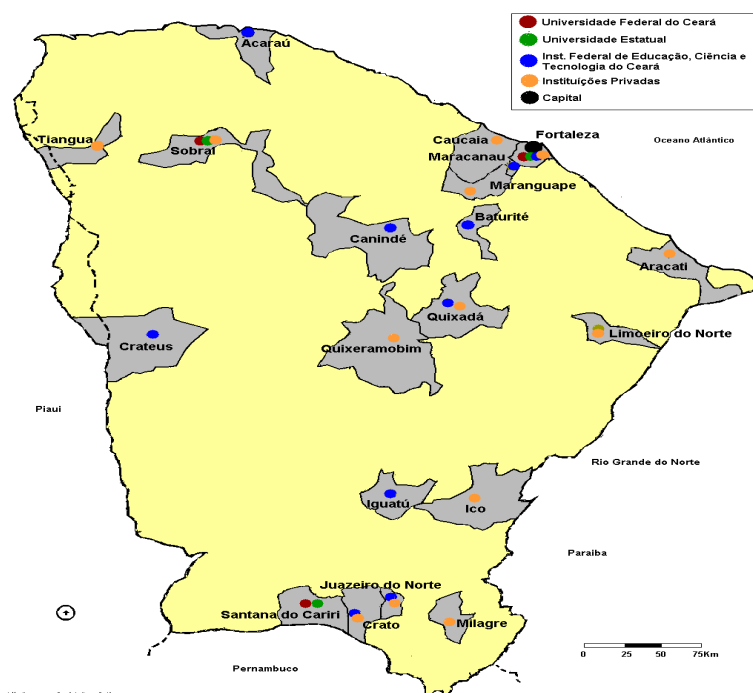
A criação da UNILAB situa-se nesse contexto onde a expansão por meio da descentralização busca promover desenvolvimento econômico e social por meio da formação e qualificação em diversos campos do saber. Atenta ao fato de que o Nordeste brasileiro necessita forte apoio para superar problemas históricos de desenvolvimento, a universidade pretende favorecer a região que, apesar de ocupar 18% do território e contar com 28% da população do país (52 milhões de pessoas), produz apenas 13% do produto interno bruto – PIB brasileiro. Também o PIB per capita nordestino corresponde a 47% do PIB por habitante do Brasil.

O estado do Ceará já conta com a presença de algumas instituições de educação superior (figura 2). No entanto, o Maciço do Baturité/CE, onde será implantada a UNILAB, é carente de instituições científico-acadêmicas e da presença do Governo Federal, sendo também ausente na região a oferta de formação em nível de pós-graduação. Diante deste cenário a nova universidade pretende vir a contribuir para atualizar e dinamizar o plano de desenvolvimento da região, com repercussão no seu



entorno e em articulação com o Governo do Estado do Ceará - por meio da Secretaria das Cidades e do Planejamento e Gestão, da Agência de Desenvolvimento do Estado Ceará (ADECE) e de Secretarias setoriais, assim como de prefeituras municipais por meio de seus titulares e da Associação dos Municípios do Maciço do Baturité, com suporte do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Figura 2: instituições de educação superior no estado do Ceará



Em face do exposto, a instalação da UNILAB pretende desenvolver áreas de conhecimento estratégico promovendo avanços na região de modo a permitir que, para além da formação em nível de graduação e pós-graduação, professores e estudantes realizem projetos e pesquisas junto às comunidades do Maciço via programas de extensão e de ação comunitária, apoiando-as em suas demandas.

O Maciço do Baturité torna-se, desta forma, um campo aberto para a realização de estudos que promovam, com base no saber acadêmico e apoio da tecnologia, a busca de soluções para problemas concretos da realidade nordestina, buscando a melhoria dos seus indicadores sociais e econômicos.

As universidades brasileiras de integração regional e internacional buscam se inserir no momento histórico em que o Brasil assume novas responsabilidades no cenário internacional. Deste contexto, faz parte a UNILAB, entre outras. Trata-se também de uma política de abertura para o mundo que as universidades brasileiras já

vêm realizando através de programas de mobilidade com instituições congêneres de outros países. A UNILAB vai além dessa prática ao definir conceitualmente a formação de modo articulado, com outras universidades dos países da língua portuguesa, principalmente africanas, e isso significa que os estudantes brasileiros da UNILAB também terão a oportunidade de realizar parte de seus estudos em outros países.

As Diretrizes da UNILAB apontam para inovações no âmbito do processo de ensino/aprendizagem que transcende as propostas convencionais de criação de uma universidade, buscando um ensino de alto padrão, comprometido com a realidade política, econômica e socioambiental brasileiro, de países da CPLP e Timor Leste. Isto pressupõe um saber relacionado não somente com o conhecimento científico, mas também com o compromisso e engajamento na formação de profissionais aptos, do ponto de vista dos conhecimentos técnico, científico, informacional e sociais, para apontar caminhos, amenizar e solucionar problemas complexos das realidades de seus países de origem.

5.1. Missão

A Missão da UNILAB é: “Produzir e disseminar o saber universal de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de expressão de língua portuguesa - especialmente os africanos - por meio da FORMAÇÃO de cidadãos com sólido conhecimento técnico, científico e cultural e compromissados com a necessidade de superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente”.

Essa missão se vincula à práxis por meio do objetivo geral da UNILAB: “Promover, por meio de ensino, pesquisa e extensão de alto nível e em diálogo com uma perspectiva intercultural, interdisciplinar e crítica, a formação técnica, científica e cultural de cidadãos aptos a contribuir para a integração entre Brasil e membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e Timor Leste, visando seu desenvolvimento econômico e social”.

Considerando a sua missão educacional e social, a UNILAB tem como prioridade a formação de lideranças capazes de se comprometerem com o desenvolvimento econômico, humano e justiça social, a democracia e a cidadania, produzindo e disseminando conhecimentos.



Do ponto de vista sociopolítico, os cursos da UNILAB refletem a visão de que se faz necessário assumir o compromisso de atender às necessidades do meio a que serve. Nessa ótica, a sua localização se apresenta como um diferencial no processo de formação de profissionais comprometidos com a transformação econômica e social.

5.2. PRINCÍPIOS E VALORES

Como instituição científica, tecnológica e cultural de cooperação e integração, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB atuará como foco disseminador da cultura e do saber entre o Brasil e os países parceiros, fazendo deste aspecto ponto de convergência e integração universitária afro-brasileira.

Para tanto, desenvolverá permanente relação com instituições e universidades, em cooperação solidária, de forma que a integração alcance as demandas e interesses de todos os envolvidos, alimentando a confiança recíproca e constituindo, por meio da mobilidade docente e discente e de trocas acadêmicas, redes de interesses convergentes e intercambiáveis.

A fim de atender a esta peculiaridade o estudante estará no centro da proposta formativa, fazendo com que a organização e a estrutura acadêmica da universidade sejam propícias ao sucesso nos estudos (entendido como o desenvolvimento de competências técnicas, políticas, culturais e humanas). Deverá ser respeitada, ainda, a vocação e perfil de interesse dos alunos pelas diferentes áreas de conhecimento.

Nessa perspectiva a UNILAB adota como princípios da formação em nível superior:

1º. Desenvolvimento da ciência e da tecnologia, com caráter humano e social.

O ensino de graduação pretende formar estudantes em nível de excelência científica e tecnológica, mas, também, buscará ser local de estudo e difusão das culturas dos países parceiros, respeitando e valorizando suas identidades e diversidades culturais por meio de práticas e vivências sociais, culturais, esportivas e artísticas. Ciência e tecnologia serão compreendidas como produção social e humana, resultado e produto de determinados contextos econômico-culturais, e componentes que caracterizam o desenvolvimento das sociedades.

2º. Reconhecimento das diferenças como meio de cooperar e integrar.

A UNILAB será espaço contínuo para que o reconhecimento das diferenças entre povos e culturas se constitua em campo e espaço únicos de problematização e de



análises críticas, a partir de programas que respondam à necessidade de formação de um sujeito social crítico e propositivo, capaz de analisar e participar de seu contexto político e econômico, assim como do mundial, de forma sustentável. Os programas e currículos da universidade, portanto, estarão abertos a processos permanentes de aprendizagem, ampliando visões e conceitos teóricos pelos aportes das experiências concretas de discentes e docentes, recolhendo delas o que pode e deve ser recolhido, contribuindo para um mundo que se pretende mais justo e melhor.

3º. Reconhecimento e respeito à diversidade étnico-racial, religiosa, cultural, de gênero etc.

Gerada em um contexto de cooperação Sul-Sul e, portanto, como instrumento de superação de desigualdades, de resgate de aprendizagens decorrentes do passado colonial e de construção de um futuro autônomo, o reconhecimento e respeito às diferenças será princípio de todas as atividades da UNILAB. Em função disso, adotará ações afirmativas que busquem ir além de cotas de acesso à universidade e contemplará estas questões em seus programas curriculares.

4º. Inclusão social com qualidade acadêmica

As demandas e as oportunidades que se colocam à educação superior configuram um cenário que deve articular, de forma criativa e sustentável, políticas que reforcem o compromisso social da educação superior com qualidade acadêmica e inclusão social. Tal implica políticas que promovam o acesso à educação superior para todos e todas, ampliem a cobertura social com qualidade, induzam o desenvolvimento de alternativas e inovações no processo formativo, nas formas de produção/disseminação de conhecimento e na constituição e consolidação de redes e alianças entre governos, setor produtivo, organizações da sociedade civil e instituições de educação superior. Assim, a qualidade estará vinculada à pertinência e à responsabilidade com o desenvolvimento sustentável da sociedade.

5º. Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade, para além de fazer conhecer e relacionar conteúdos, métodos, teorias ou outros aspectos do conhecimento, visa ao diálogo entre diversos campos do saber em uma atitude de colaboração. Dessa forma, gera novas dinâmicas e atitudes frente ao conhecimento, substituindo a tradicional concepção fragmentada das áreas do saber por outra, mais integrada e unificadora do mundo e do ser humano. Assim torna possível vencer distâncias entre os campos científicos, técnicos, humanísticos, sociais e artísticos, permitindo compreender a multidimensionalidade e a



complexidade dos seus fenômenos, favorecendo a transversalidade dos enfoques e a integralidade da formação.

6º. Articulação teórico-prática

A articulação teórico-prática visa constituir uma unidade na qual a prática não é simples aplicação da teoria, mas constitui-se ponto de partida e de chegada. Por meio dela a teoria passa a ser reformulada tendo em conta necessidades concretas da realidade à qual busca responder. Por isso, contrapõe-se à concepção que entende os dois elementos como unidades separadas, tendo o saber como algo “ao lado da teoria”, produzido fora da prática, em uma relação de aplicação. Nesta concepção integrada o ensino-aprendizagem podem ser espaço prático e específico de produção, de transformação e de mobilização de saberes e de teorias, fazendo com que o estudante torne-se ator do processo de aprendizagem, revendo sua realidade por meio do conhecimento teorizado, e planejando intervenções para mudá-la.

7º. Articulação ensino-pesquisa-extensão

Prover a educação superior de forma generalizada e ao longo da vida requer rever as formas e estruturas sobre as quais estão alicerçadas as atividades acadêmicas. A articulação ensino-pesquisa-extensão é fundamental em uma proposta formativa que busca vincular o conhecimento ao exercício da cidadania, ao desempenho ativo no mundo do trabalho e ao acesso à diversidade das culturas. Isso exige um modelo acadêmico caracterizado por: indagação dos problemas em seus contextos; produção/transferência do valor social dos conhecimentos por meio do trabalho conjunto com a comunidade; pesquisa científica, tecnológica, humanística e artística fundada na definição explícita dos problemas detectados, de solução fundamental para desenvolver o país, a região e o bem-estar da população; formação vinculada à criação de consciência cidadã, sustentada no respeito aos direitos humanos e à diversidade cultural; extensão que enriquece a formação, colaborando na formulação da agenda de pesquisa e criando espaços de ação conjunta com distintos atores sociais, especialmente os mais excluídos e marginalizados.

5.3. OUTROS ASPECTOS

São objetivos da UNILAB:

Geral: promover, por meio de ensino, pesquisa e extensão de alto nível e em diálogo com uma perspectiva intercultural, interdisciplinar e crítica, a formação técnica,



científica e cultural de cidadãos aptos a contribuir para a integração entre Brasil e membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Timor Leste e outros países africanos visando ao desenvolvimento econômico e social.

Específicos:

- *Atuar em áreas estratégicas* que permitam a produção de conhecimento e a formação de estudantes brasileiros e de países de expressão em língua portuguesa comprometidos com o projeto de *cooperação solidária Sul-Sul*;
- *Promover mobilidade acadêmica e intercâmbio com diversas instituições científicas, acadêmicas e culturais* (nacionais e internacionais) em todas as áreas do saber, ampliando e potencializando o avanço do conhecimento e da cultura;
- *Incorporar às práticas docentes e acadêmicas uma visão epistemológica coerente com a complexidade dos saberes* (formais e informais, científicos e tradicionais) e *promotora da integração de atividades artísticas, culturais e esportivas no processo formativo*;
- *Desenvolver recursos pedagógicos e metodologias* que permitam a apropriação, por docentes e estudantes, das tecnologias da informação e da comunicação em todas as atividades acadêmicas – ensino, pesquisa e extensão;
- *Adotar princípios de gestão que assegurem organização e estrutura acadêmica democráticas e integradoras das diversas áreas do conhecimento*.

6. CONCEPÇÃO DO CURSO

ADMINISTRAÇÃO – EAD

O Curso de Administração Pública, bacharelado presencial, da UNILAB tem como princípio o entendimento de que a cada dia o setor público se defronta com novos desafios e que os paradigmas gerenciais evoluem constantemente, exigindo sempre novas formas de gestão, bem como diferentes caminhos em busca de compreensão e solução para problemas sociais, econômicos, organizacionais ou governamentais.

Portanto, a administração pública, em seus três níveis: federal, estadual e municipal, tem como desafio perene estar preparada para a mudança contínua, para acompanhar as exigências de qualidade e resolutividade de suas ações, mediante a adoção de modelos gerenciais capazes de gerar resultados com inclusão social.

Nesse contexto, se entende que o administrador público do século XXI é um profissional capaz de compreender e atuar no contexto sócio-político em que está inserido, podendo prever, entender e gerenciar as mudanças, exercendo para tanto, a flexibilidade e maleabilidade necessárias para enfrentar a incerteza.

Do administrador público desse século é também exigida capacidade analítica para autogestão; que aprenda continuamente; que tenha capacidade de comunicação e de relacionamento com pessoas e grupos; capacidade de acompanhar a tendência universal de abertura e integração e, por fim, ética pública e compromisso social.

Assim sendo, o Curso de Administração Pública, bacharelado presencial, da UNILAB proporcionará, além dos conhecimentos científicos da área de estudo, a prática do trabalhar em equipe, bem como o despertar da sensibilidade em solucionar problemas, tendo como fim maior o bem estar social.

Para atender à proposta pedagógica do curso de Administração Pública, bacharelado presencial, da UNILAB, será necessária a compreensão das realidades brasileira e estrangeiras que passam por transformações e mudanças radicais, tanto no panorama político como no terreno dos valores, das idéias e dos costumes que compõem a comunidade. Estas exigências implicam a análise da modernidade e dos valores que a definem para compreender tanto o valor social do conhecimento como seu processo de transformação na formação dos cidadãos.



O processo de globalização tem modificado a dinâmica das relações do Estado com o mercado e a sociedade, alterando a importância dos estados nacionais frente à formação dos blocos econômicos e instituições supranacionais. Nesse contexto, os problemas complexos da realidade devem ser analisados e solucionados na escala local, mas as ações do gestor têm que considerar a realidade e as interações da escala global.

Assim sendo, o Curso de Administração Pública, bacharelado presencial, da UNILAB entende que a educação formal deve enfrentar o desafio de minimizar a dicotomia entre o conteúdo ensinado e a identificação dos problemas sociais e organizacionais e, principalmente, as soluções apresentadas para os complexos problemas apresentados pela realidade social.

Há a compreensão de que o cidadão tem se tornado crescentemente exigente em busca de absoluta qualidade nos serviços públicos, assim como nas apresentadas pelo mercado privado. É consenso que a sociedade tem sido ativa na postura de participação mais ativa e direta na formulação, discussão e aplicação das Políticas Públicas, bem como no acompanhamento dos resultados da gestão, em todas as esferas de decisão.

É papel também do poder público, e por consequência, dos gestores públicos, o alcance da eficiência e da eficácia dos serviços prestados ao cidadão, em um escopo que vai além da efetividade administrativa, incluindo ainda princípios de transparência das ações públicas e de equidade social.

Portanto, são consideráveis os desafios que o Estado tem de enfrentar. Assim, se admite que a única forma de continuar a exercer um papel estratégico é por meio da formação de parcerias com outros atores, notadamente com outros níveis de governo, com a sociedade civil e as empresas.

Na concepção deste curso, entende-se que, no Brasil, já teve início o processo de modernização de estruturas, normas e comportamentos no âmbito da gestão pública, adotando-se um modelo de gestão orientada para resultados, buscando a transparência nas ações e a responsabilidade fiscal e social.

O curso de bacharelado em Administração Pública na modalidade à Distância seguirá essas mesmas concepções e orientações do curso presencial ministrado hoje pela Coordenação de Administração da UNILAB, buscando uma integração entre os alunos de ambas as modalidades.



6.1. DIRETRIZES METODOLÓGICAS PARA FORMAÇÃO DO CURSO

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. Nortear a concepção, a criação e a produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma que contemplem e integrem os tipos de saberes que hoje são reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e os princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, as práticas e os fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;
- II. Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, da curiosidade e da criatividade;
- III. Selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos estudantes, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- IV. Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários; e
- V. Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e revalorize a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o objetivo de resolvê-los.
- VI. Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas, baseadas nos aspectos:
 - ▶ técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
 - ▶ ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.



6.2. DIMENSÕES DE FORMAÇÃO

A formação e o perfil do administrador público serão expressos através de duas dimensões:

- I. **epistemológica:** que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas ao currículo da Administração Pública; e
- II. **profissionalizante:** que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador público e a construção de competências para atuação em todas as suas relações sociopolíticas, culturais e nas perspectivas da moral e da ética.

6.3. ASPECTOS DO CURSO

A concepção do Curso de Bacharelado em Administração Pública está voltada para a formação de egressos capazes de atuarem de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos e desenvolvimento das organizações governamentais e não governamentais, de forma a possibilitá-las atender às necessidades e ao desenvolvimento da sociedade.

Para tal, o curso contempla sólida formação nas teorias administrativas e enfatiza o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, além de formação generalista, permitindo definir um perfil de administrador moderno, capacitado a planejar, organizar, dirigir e controlar a ação e as políticas públicas nas diversas esferas de poder e de governo.

Buscando oportunizar a formação de profissionais para atuarem como gestores em áreas específicas da administração pública, o curso oferece três Linhas de Formação Específica (LFE), ampliando competências e agregando ao egresso habilidades para o exercício da gestão pública na área por ele escolhida.



Acenando para a educação continuada, por meio de um elo entre graduação e pós-graduação, serão ofertadas a critério de cada (IPES) três LFEs, sendo indicadas inicialmente as seguintes linhas:

- ▶ Linha de formação em Gestão em Saúde;
- ▶ Linha de formação em Gestão Municipal;
- ▶ Linha de formação em Gestão Pública.

O projeto pedagógico do curso procura valorizar a formação de atitudes de reflexão, de busca de inovações, de prospecção e criação de caminhos próprios que possam suprir as necessidades da gestão pública e permitir a atuação nos processos operacionais e decisórios sob a égide do conhecimento, da ética, da cidadania e da humanidade.

O desenvolvimento dos aspectos estruturais do curso de Administração Pública, sua vocação e organização caracterizam-se pelos seguintes elementos compositivos:

- I. Transversalidade – Os conteúdos sempre que vinculados a outras disciplinas, serão estudados de forma integrada, perpassados por questões ligadas aos aspectos éticos, de transparência, de inovação e de sustentabilidade. Isso possibilitará aos autores dos textos didáticos e aos estudantes a construção holística de determinado tema.
- II. Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino – envolvendo discentes em práticas de pesquisa e extensão, com o objetivo de despertar nestes, atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e de prospecção de soluções inovadoras, além de propiciar vivências administrativas inseridas nos setores produtivos e de serviços. Dentre as atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino encontram-se os seminários temáticos, que possibilitam o desenvolvimento de pesquisas, articulando atividades acadêmicas com as necessidades do Estado e da sociedade, como também a realização do Estágio Supervisionado, inserindo o discente em atividades reais de administração pública, aprimorando assim a sua formação profissional.
- III. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – que consiste na elaboração de uma monografia desenvolvida pelo acadêmico, ao longo dos Seminários



Temáticos distribuídos nos Módulos V, VI, VII e VIII, com foco nos conteúdos de gestão pública estudados no curso e aplicados à área da Linha de Formação Específica escolhida pelo acadêmico. No TCC, o estudante deverá demonstrar domínio significativo do conteúdo programático do curso, dos procedimentos metodológicos da pesquisa e das normas técnicas de elaboração de uma monografia. Os TCCs aprovados integrarão o acervo do curso, enriquecendo as fontes de pesquisa para desenvolvimento do pensamento administrativo dos acadêmicos. A defesa do trabalho será continuada, a cada semestre, integrando atividades dos Seminários Temáticos nos encontros presenciais e será assistida por estudantes do curso, disseminando assim as pesquisas desenvolvidas e a visão holística das organizações.

6.3.1. Objetivo Geral

Formar profissionais com amplo conhecimento de Administração Pública, capazes de atuarem no âmbito federal, estadual e municipal, administrando com competência as organizações governamentais e não-governamentais, de modo pró-ativo, democrático e ético, tendo em vista a transformação e o desenvolvimento da sociedade e do país.

6.3.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do curso são:

- I. Oportunizar a conscientização do estudante para agir dentro de princípios éticos, morais, legais e cívicos, promovendo o ser humano como força de trabalho e capital intelectual.
- II. Propiciar formação integral do egresso de tal forma a permitir-lhe pesquisar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e controlar ações no campo da administração, fazendo vigorar a legislação profissional e normas éticas a que está sujeita a gestão.



- III. Formar profissionais capazes de ampliar os níveis de competitividade organizacional frente ao dinamismo das transformações no âmbito interno e externo às organizações.
- IV. Capacitar o estudante para enfrentar os desafios e as peculiaridades locais e regionais e do próprio mercado de trabalho, considerando a função social que deve exercer, por meio de formação sólida que lhe dê um embasamento de cultura geral, complementado pela visão holística em sua dimensão humanística e técnica.
- V. Preparar o estudante para atuar como gestor, envolvendo-se com decisões, estratégias e adversidades, buscando estabelecer vantagens competitivas no mercado globalizado, frente às mudanças impostas pelo ambiente.
- VI. Preparar lideranças para a administração pública, gerar novos empreendedores e capacitar mão-de-obra já inserida no mercado para atuação na gestão pública.
- VII. Despertar no estudante o interesse de capacitar-se como gestor público empreendedor, gerente e técnico preparado para enfrentar as mais diferentes situações de mercado e de necessidades da sociedade, com liderança, iniciativa e criatividade para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências.

6.4. PERFIL DO EGRESSO

O curso de Administração da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira está organizado visando formação de profissionais com perfil aderente àquele demandado pelas organizações públicas contemporâneas, permitindo, por meio de disciplinas obrigatórias, da linha de formação específica, dos seminários temáticos, do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Curso, a formação de competências que preparem o egresso às contingências da gestão pública.

As organizações públicas modernas buscam o administrador generalista, integral e integrado, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultural. Em outras palavras, um profissional autodidata, detentor de amplo portfólio

de conhecimento, consciente da contínua necessidade de aprofundamento do conhecimento da Administração Pública e atualização das interfaces entre esta e outras áreas relacionadas, especialmente as afins, sem perder de vista as descobertas daquelas correlatas, uma vez que qualquer que seja o objeto de trabalho, ele estará inserido no contexto integral de uma sociedade globalizada.

Para atender às expectativas dessa sociedade emergente, o curso Bacharelado em Administração Pública procura formar profissionais de competência sólida e moderna, em condições plenas de atuação eficiente e eficaz, preocupados com a relevância social do produto de seus trabalhos, apresentando habilidades para pró-atividade e criatividade; raciocínio lógico, crítico e analítico; visão sistêmica e estratégica para negociações, tomada de decisão, liderança e trabalhos em equipe.

O egresso do curso de Administração Pública estará apto a:

- I. atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;
- II. compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e assim tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre Governo e Sociedade Civil;
- III. empreender e promover transformações de forma interdisciplinar, compreendendo a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança, participando da modernização e inovação das estruturas e funcionamento do Serviço Público;
- IV. expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;
- V. promover com determinação e vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;
- VI. liderar processos de mudança das desigualdades e de exclusão econômica e social;
- VII. adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando o bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilite a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas;



- VIII. reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- IX. refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
- X. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle em diferentes contextos organizacionais e sociais; e
- XI. elaborar, implementar e consolidar projetos, realizar consultoria e auditoria, elaborar pareceres e perícias administrativas em organizações públicas.

6.5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A estrutura curricular do curso contempla disciplinas cujos conteúdos revelam as inter-relações das dimensões da realidade público-privado, nacional-internacional e das esferas federal, estadual e municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, utilizando tecnologias inovadoras assim como atendendo aos seguintes campos interligados de formação, conforme especificado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Administração:

- I. Conteúdos de Formação Básica – relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas, através das disciplinas: Introdução à Economia; Sociologia Organizacional; Economia Brasileira; Psicologia Organizacional; Filosofia e Ética; Ciência Política; Contabilidade Geral; Macroeconomia;

Contabilidade Pública; Instituições de Direito Público e Privado; Legislação Tributária e Comercial; Direito Administrativo; Negociação e Arbitragem; Auditoria e Controladoria; e Políticas Públicas e Sociedade.

- II. Conteúdos de Formação Profissional – relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços, por meio das disciplinas: Teorias da Administração I e II; Organização, Processos e Tomada de Decisão; Elaboração e Gestão de Projetos; Orçamento Público; Administração Estratégica; Teorias da Administração Pública; Teoria das Finanças Públicas; Planejamento e Programação na Administração Pública; Gestão de Pessoas no Setor Público; Gestão de Operações e Logística I e II; Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público; Tecnologia e Inovação; Gestão da Regulação; Relações Internacionais; e Gestão Ambiental e Sustentabilidade.
- III. Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias – abrangendo pesquisa operacional, matemática, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração, contemplados nas disciplinas: Matemática para Administradores; Estatística Aplicada à Administração; Matemática Financeira e Análise de Investimentos, além de conteúdos transversais apresentados em outras disciplinas.
- IV. Conteúdos de Formação Complementar – estudos de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando, contemplados nos seminários temáticos, atividades complementares e nas disciplinas Informática para Administradores; Redação Oficial; Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração; Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Seminário Integrador, Seminário Temático I, II e III; Seminário Temático I, II, III e IV das Linhas de Formação I, II e III.

As disciplinas Eletivas integrarão um dos Conteúdos de Formação descritos acima, de acordo com as respectivas ementas.

6.6. CARGA HORÁRIA

A carga horária total do curso contempla 3.120 horas.

6.7. MATRIZ CURRICULAR

As disciplinas que integram a matriz curricular estão distribuídas em oito Módulos e são de natureza:

- I. Obrigatória – que garantem o perfil desejado para o egresso, totalizando 2520 horas, compreendendo 36 disciplinas com carga horária de 60 horas e 12 disciplinas com carga horária de 30 horas;
- II. Optativa – que, totalizando 180 horas, compreende: 1 disciplina optativa com carga horária de 60 horas, podendo o aluno optar por uma das disciplinas ofertadas (Informática para Administradores, Redação Oficial ou Língua Brasileira de Sinais -LIBRAS), ofertadas nos Módulos I, II ou III; e 120 horas relativas às disciplinas que integram uma das linhas de formação específica do curso.
- III. Nivelamento – para aprimoramento dos alunos do curso de bacharelado, compreendendo Introdução a EAD (30h) e Matemática Básica (60h);
- IV. Elaboração de TCC – para acompanhamento dos alunos na Elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso, com carga horária de 30 horas.

A distribuição da carga horária para integralização do currículo do Curso de Administração Pública está representada abaixo:

Quadro Resumo de Distribuição de Carga Horária

Conteúdos	Créditos	Carga Horária	%
Disciplinas Obrigatórias	168	2.520	80
▪ Conteúdos de Formação Básica (FB)	64	960	30
▪ Conteúdos de Formação Profissional (FP)	62	930	29
▪ Conteúdos de Formação Complementar (FC)	20	300	10
▪ Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias (EQT)	12	180	06
▪ Conteúdos das Disciplinas Eletivas	10	150	05
Disciplinas Optativas	04	60	02
Nivelamento	06	90	03
TCC	02	30	01
Estágio Supervisionado	20	300	10
Atividades Complementares	08	120	04
Carga Horária Total do Curso	208	3.120	100

Outra forma de apresentar a distribuição da carga horária do curso recai sobre a ótica da administração geral ou pública, de acordo com o conteúdo e aplicações conferidos a cada disciplina. O quadro a seguir sintetiza esta distribuição.

Conteúdos por Área	Créditos	Carga Horária	%
Administração Geral	104	1.560	50
▪ Disciplinas Obrigatórias	100	1.500	48
▪ Disciplinas Optativas	04	60	02
Administração Pública	84	1.260	40
▪ Disciplinas Obrigatórias	56	840	27
▪ Disciplinas Optativas (Linha de Formação Específica)	08	120	03
▪ Estágio Supervisionado	20	300	10
Atividades Complementares e Disciplinas Eletivas	18	270	09
TCC	02	30	01
Total do Curso	208	3.120	100

As disciplinas que integram a matriz curricular do curso de Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB estão especificadas na tabela a seguir:

Matriz Curricular
Curso Bacharelado em Administração Pública

Nº	Disciplina	Nº CR	C. H.	Conteúdo	Natureza	
1	Administração Estratégica	4	60	FP	Geral	Obrigatória
2	Auditoria e Controladoria	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
3	Ciência Política	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
4	Contabilidade Geral	4	60	FB	Geral	Obrigatória
5	Contabilidade Pública	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
6	Direito Administrativo	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
7	Direito Empresarial	2	30	FB	Geral	Obrigatória
8	Economia Brasileira	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
9	Elaboração e Gestão de Projetos	4	60	FP	Geral	Obrigatória
10	Eletiva I: Empreendedorismo Governamental	2	30	FC	Geral	Obrigatória
11	Eletiva II: Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública	4	60	FC	Geral	Obrigatória
12	Eletiva III: Licitação, Contratos e Convênios	4	60	FC	Geral	Obrigatória
13	Estatística Aplicada à Administração	4	60	EQT	Geral	Obrigatória
14	Filosofia e Ética	4	60	FB	Geral	Obrigatória
15	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	4	60	FC	Geral	Obrigatória
16	Gestão da Regulação	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
17	Gestão de Operações e Logística I	4	60	FP	Geral	Obrigatória
18	Gestão de Operações e Logística II	4	60	FP	Geral	Obrigatória
19	Gestão de Pessoas no Setor Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
20	Informática para Administradores	4	60	FC	Geral	Optativa
21	Instituições de Direito Público e Privado	4	60	FB	Geral	Obrigatória
22	Introdução à EAD	2	30	FB	Geral	Obrigatória

23	Introdução à Economia	4	60	FB	Geral	Obrigatória
24	Direito e Legislação Tributária	2	30	FB	Geral	Obrigatória
25	Macroeconomia	4	60	FB	Geral	Obrigatória
26	Matemática Básica	4	60	FB	Geral	Obrigatória
27	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	4	60	FC	Geral	Optativa
28	Matemática Financeira e Análise de Investimentos	4	60	EQT	Geral	Obrigatória
29	Matemática para Administradores	4	60	EQT	Geral	Obrigatória
30	Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	4	60	FC	Geral	Obrigatória
31	Negociação e Arbitragem	4	60	FP	Geral	Obrigatória
32	Orçamento Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
33	Planejamento e Programação na Adm. Públ	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
34	Políticas Públicas e Sociedade	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
35	Organização, Processos e Tomada Decisão	4	60	FP	Geral	Obrigatória
36	Psicologia Organizacional	4	60	FB	Geral	Obrigatória
37	Redação Oficial	4	60	FC	Geral	Optativa
38	Relações Internacionais	4	60	FC	Geral	Obrigatória
39	Seminário Integrador	2	30	FC	Geral	Obrigatória
40	Seminário Temático I	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
41	Seminário Temático II	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
42	Seminário Temático III	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
43	Seminário Temático I na LFE I / LFE II/ LFE III	2	30	FC	Pub.	Optativa
44	Seminário Temático II na LFE I / LFE II/ LFE III	2	30	FC	Pub.	Optativa
45	Seminário Temático III na LFE I / LFE II/ LFE III	2	30	FC	Pub.	Optativa
46	Seminário Temático IV na LFE I / LFE II/ LFE III	2	30	FC	Pub.	Optativa
47	Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
48	Sociologia Organizacional	4	60	FB	Geral	Obrigatória
49	Tecnologia e Inovação	4	60	FP	Geral	Obrigatória

50	Teoria das Finanças Públicas	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
51	Teorias da Administração I	4	60	FP	Geral	Obrigatória
52	Teorias da Administração II	4	60	FP	Geral	Obrigatória
53	Teorias da Administração Pública	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
54	Elaboração de TCC	2	30		Geral	Obrigatória

FB Conteúdos de Formação Básica

FP Conteúdos de Formação Profissional

FC Conteúdos de Formação Complementar

EQT Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias

6.8. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O ementário das disciplinas está definido no Anexo 2.

6.9. DISCIPLINAS ELETIVAS

São disciplinas ofertadas a partir do 6º Módulo, cujos conteúdos remetem a temas emergentes e/ou possibilitam adequar a formação do gestor público à demanda regional.

As **disciplinas eletivas** representam uma oportunidade de aprofundamento ou de direcionamento de estudo na área temática de interesse do aluno. No caso de disciplinas eletivas ofertadas pela UNILAB, eles poderão ter um cunho de caráter geral, conforme a seguir descrito, ou podem ser cursadas em outros cursos da UNILAB, desde que possam agregar conhecimentos complementares ao Curso de Administração Pública.

O curso de Bacharelado em Administração Pública, modalidade à Distância da UNILAB oferecerá as seguintes disciplinas eletivas:

- Disciplina Eletiva I: Empreendedorismo Governamental (30 h)
- Disciplina Eletiva II: Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública (60 h)
- Disciplina Eletiva III: Licitação, Contratos e Convênios (60h)

6.10. SEMINÁRIOS TEMÁTICOS

Para contribuir também com a formação integral do profissional da Administração Pública, há na estrutura curricular do curso os Seminários Temáticos. Foram pensados como um dos elementos centrais do processo de aprendizagem do estudante, servindo de elemento motivador para o desenvolvimento de processos de pesquisa sobre e no cotidiano das práticas de administração.

Em cada módulo do curso está prevista a realização de um Seminário Temático. O estudante realizará pesquisa sobre determinado fato, relacionado com a realidade em que está inserido e envolvendo o campo da Administração Pública. Os resultados desse estudo serão apresentados durante os encontros presenciais.

No Módulo 1, o Seminário Temático possui uma característica específica de promover a inserção e a integração do estudante como o curso na modalidade a distância, sendo nominado como Seminário Integrador.

A partir do segundo Módulo os Seminários Temáticos possibilitam a aplicação dos conteúdos estudados, oportunizando vivências na administração das organizações públicas e revelando caráter sistêmico do comportamento organizacional. Os Seminários Temáticos dos Módulos V, VI, VII e VIII constituem as Linhas de Formação Específica I, II e III, das quais uma deverá ser escolhida pelo estudante para complementar sua formação.

Nos Módulos II, III e IV o estudante realizará pesquisa e um diagnóstico sobre o campo da LFE I (Seminário Temático I), da LFE II (Seminário Temático II) e da LFE III (Seminário Temático III), o que possibilitará a compreensão macro da Linha de Formação a ser escolhida. No Módulo V, o estudante fará opção por uma das Linhas de Formação Específica que irá dirigir sua formação, elaborando, no Seminário Temático I da LFE, um projeto de pesquisa, a partir de um problema identificado na fase de diagnóstico e fundamentado na literatura estudada nos seminários. Nos Seminários Temáticos seguintes o estudante desenvolverá a pesquisa e apresentará o respectivo relatório em formato de TCC.

Os Seminários Temáticos serão sempre precedidos de planejamento específico, podendo incluir modalidades diversas de trabalho: grupos de trabalho, oficinas, conferências, palestras, etc. devendo ser acompanhados pelo alunado, tutores, professores e aberto ao público interessado em geral.



6.11. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio supervisionado, totalizando 300 horas correspondentes a 10% do total de carga horária do curso, será cumprido de acordo com o Regimento de Estágio da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, apresentado no Anexo 4.

As atividades de Estágio Supervisionado serão realizadas durante os Módulos V, VI, VII e VIII, por meio das pesquisas e práticas profissionais integradas aos Seminários Temáticos I, II, III e IV das LFEs.

Assim, Pesquisa e Estágio caminham juntos, propiciando trocas de práticas e saberes, fazendo pontes entre a prática e teoria, entre o mundo acadêmico e o campo profissional, entre o vivido no mundo do trabalho e o olhar crítico sobre ele.

6.12. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares compreendem 120 horas, correspondentes a 4% da carga horária total do curso e serão regulamentadas pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

As Atividades Complementares são enriquecedoras e implementadoras do próprio perfil do formando e tem por finalidade propiciar ao discente a oportunidade de realizar, em prolongamento às disciplinas do Curso de Administração Pública, bacharelado, uma trajetória particular que lhe permita enriquecer os conhecimentos propiciados pela vida acadêmica. Não se caracteriza como atividade complementar: disciplinas do curso, atividades realizadas nas disciplinas do curso, realização de estágio curricular obrigatório como estagiário da organização, nem aquelas desenvolvidas no TCC.

As atividades complementares, por serem consideradas como um conjunto de estratégias pedagógico-didáticas que possibilitam a articulação entre teoria e prática,



pela complementação de saberes e desenvolvimento de habilidades durante a formação do docente, são atividades relevantes e contributivas para a implementação da flexibilização curricular, formação integral e cidadã do docente. Assim sendo, elas poderão ser integralizadas até a carga horária máxima prevista na matriz curricular do Curso.

Consideram-se Atividades Complementares as atividades de iniciação à docência; iniciação à pesquisa; atividades de extensão; atividades de estágio supervisionado; atividades artístico-culturais e esportivas; atividades de participação e/ou organização de eventos; experiências ligadas à formação profissional e/ou correlatas; produção técnica e/ou científica; vivências de gestão e outras atividades normatizadas pela Coordenação de Curso.

A Coordenação de Curso será responsável pela implementação, acompanhamento e avaliação das Atividades Complementares; ficando a seu critério designar professores orientadores. Desta forma, caberá à Coordenação de Curso estipular a carga horária referente às Atividades Complementares que serão integralizadas nos currículos no total de 120 (cento e vinte) horas; estipular, dentro do calendário universitário, o período para solicitação de integralização das Atividades Complementares; efetuar o registro, mediante a devida comprovação; acompanhar; avaliar o desempenho dos alunos nas Atividades Complementares, emitindo conceito de satisfatório ou insatisfatório e estipulando a carga horária a ser aproveitada/integralizada; além de efetuar as providências cabíveis junto à Pró-Reitoria de Graduação. A oferta das atividades deverá, sempre que possível, abranger as áreas de ensino, pesquisa e extensão.

A oferta das atividades poderá compreender:

- ▶ Para os alunos aprovados no Processo Seletivo e que não dominam as ferramentas básicas da informática e da Internet, será oferecido um Curso de Informática Básica antes do período letivo, com duração de 10 horas com vistas ao letramento digital dos ingressantes.
- ▶ **Oficinas:** com o objetivo de aplicar os conhecimentos teóricos, propiciando vivências práticas no uso dos métodos e instrumentos da gestão pública. Devem ser aplicadas de forma presencial, podendo ser realizadas em cada módulo ou concentradas em módulos específicos.
- ▶ **Palestras:** cujos temas permeiem a gestão pública.



► **Visitas Técnicas.**

► **Disciplinas Redação Oficial e Informática para Administradores:** podem ser ofertadas para os estudantes que não as escolheram como optativas.

6.13. ATIVIDADES DE NIVELAMENTO

Para contribuir também com reforço de conteúdos básicos para os estudos quantitativos, será ofertado ao estudante a disciplina Matemática Básica, como conteúdo de nivelamento, que não integra a matriz curricular, contudo reforça os estudos realizados no 2º grau.

A disciplina Introdução à EAD permitirá aos alunos um primeiro contato com a Plataforma *Moodle* e com os fundamentos da EAD. Essa disciplina, juntamente com o letramento digital permitirá um melhor acompanhamento das atividades por parte dos ingressantes, levando-se em conta que boa parte da clientela do curso deverá ser formada por pessoas que ainda não dominam as TIC's.

7. ESTRUTURA

ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA

Estamos vivendo um período histórico de “crise”, de “transição”, cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação e da Administração não dão mais conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos e, especificamente, das práticas no campo dos processos de ensinar e de aprender e da Administração Pública.

O paradigma positivista precisa ser substituído por outro ou outros. Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas, das relações. No campo da Administração fala-se de pró-atividade, de *empowerment*, de fidelização, de gestão do conhecimento, de ética, de responsabilidade social, de inclusão, de “Estado Necessário”, entre outros.

A EaD, nesse sentido, oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino e a aprendizagem e os processos formativos profissionais.

Para tal, exige uma **organização de apoio institucional** e uma **mediação pedagógica** que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição, uma “instituição ensinante”. Trata-se, então, de uma ação mais complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: na equipe que concebeu e construiu o Projeto Pedagógico aos estudantes e orientadores – sujeitos ativos na implementação de tal Projeto – de quem vai conceber e elaborar o material didático a quem irá cuidar para que ele chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso e dos professores formadores ao orientador (tutor), do autor ao tecnólogo educacional (*instrucional designer*), do editor ao artista gráfico (*web designer*), etc.



Por isso, a modalidade de EaD deve ser pensada e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica e colaborativa. A metáfora da rede traduz bem esta nova visão da organização do trabalho pedagógico.

O Curso de Administração Pública na modalidade a distância possui estrutura administrativo-pedagógica que contempla:

- ▶ O estudante: estudante matriculado no curso e que irá estudar “a distância”;
- ▶ Professores autores: responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem);
- ▶ Professores formadores: responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- ▶ Professores pesquisadores: ligados ao programa de pós-graduação da IPES, ou com projeto específico, com a função de acompanhar o desenvolvimento do curso para monitorar e avaliar o sistema como um todo, ou alguns de seus subsistemas, para contribuir no processo de reconstrução da caminhada da Instituição na modalidade a distância;
- ▶ Tutores (presenciais, a distância): bacharéis em Administração, ou em áreas afins, atuando no Pólo de Apoio Presencial, ou na Instituição. Eles têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Recebem formação em EaD, antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob a supervisão de um coordenador de “tutoria”, função ocupada por um professor do curso de Administração Pública. Quanto às funções específicas dos “tutores presenciais” e dos “tutores a distância”, dependerá do sistema de tutoria adotado pela Instituição e da disponibilidade ou não de profissionais formados em Administração nos municípios Pólos; e
- ▶ Equipe de apoio tecnológico e de logística: com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático;

A figura abaixo esquematiza a estrutura administrativo-pedagógica do Curso:

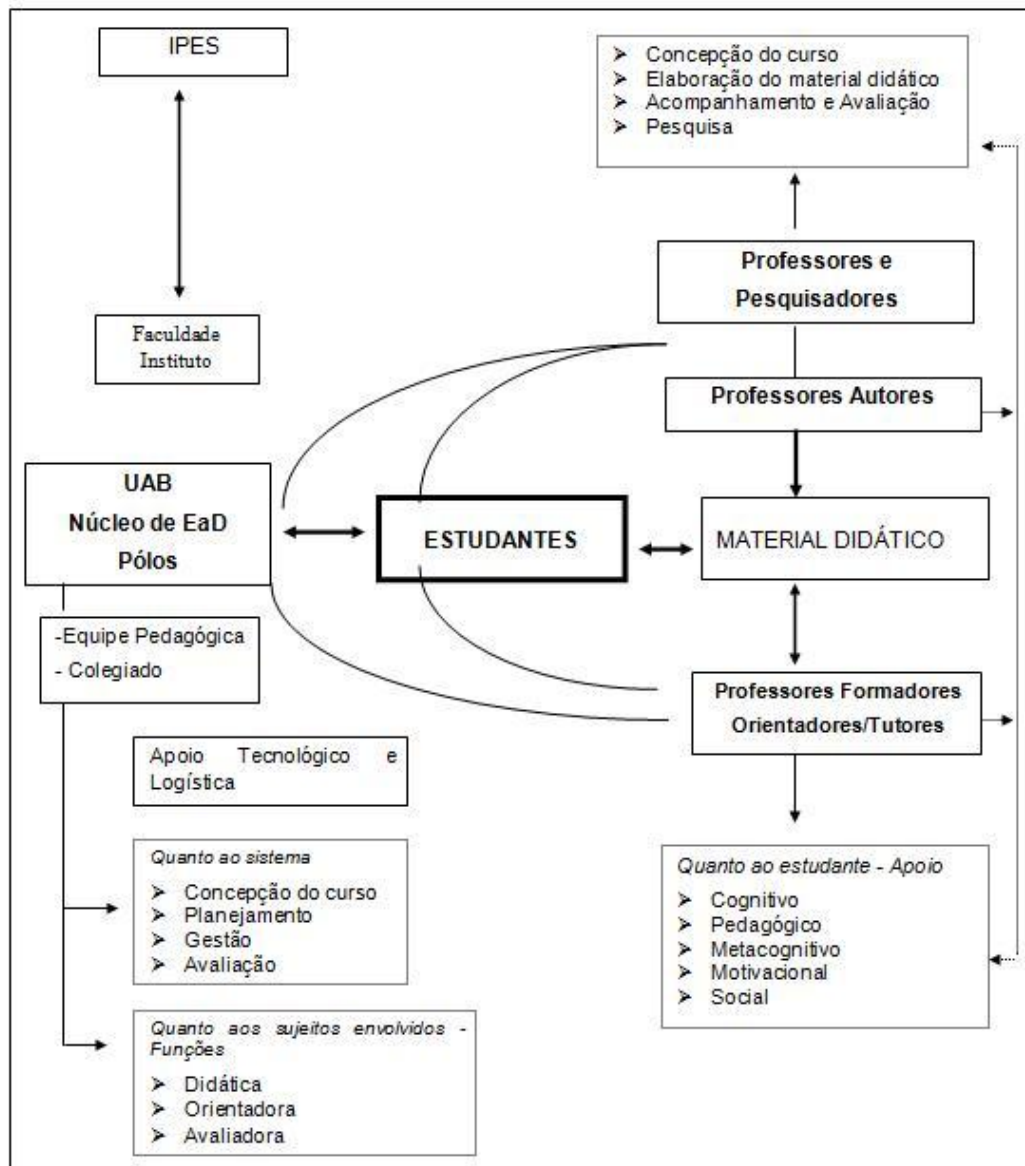


Figura 1: Componentes da ação formativa no curso de Administração Pública – a distância
Fonte: Adaptada de Preti (1996).

Assim organizada, a “instituição ensinante” pode oferecer saber atualizado (filtrando o mais válido das recentes produções científicas), dando prioridade aos conhecimentos instrumentais (“aprender a aprender”), visando educação permanente do cidadão e estando comprometida com o meio circundante.

Para tal, nessa organização devem estar presente constantemente:

- **A estrutura organizativa:** composta pelos subsistemas de concepção, produção e distribuição dos materiais didáticos, de gestão, de comunicação, de condução do processo de aprendizagem e de avaliação, e os Pólos de Apoio Presencial.

- ▶ **A comunicação:** que deverá ser multidirecional, com diferentes modalidades e vias de acesso. A comunicação multimídia, com diversos meios e linguagens, exige, como qualquer aprendizagem, implicação consciente do estudante, intencionalidade, atitude adequada, destrezas e conhecimentos prévios necessários. Os materiais utilizados também devem estar adequados aos interesses, necessidades e nível dos estudantes.
- ▶ **O trabalho cooperativo:** é fruto de uma formação que privilegiou o individualismo e a competição. Na modalidade a distância, o que há, na maioria das vezes, são trabalhos de parcerias entre diferentes profissionais (autores, designer instrucional, web designer, tecnólogos educacionais, orientadores), com muita pouca interação e diálogo. A ação pedagógica e a construção de conhecimento, numa perspectiva heurística e construtiva, devem se sustentar sobre o alicerce do trabalho colaborativo ou cooperativo, na construção de uma rede ou de uma “comunidade de aprendizagem”.

7.1. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe multidisciplinar que atuará no curso é composta pelo corpo docente, tutores e pessoal técnico-administrativo, este último com funções de apoio administrativo e funções técnicas para produção e manutenção das TIC utilizadas no curso. O pessoal técnico-administrativo da equipe multidisciplinar será composto dos seguintes atores:

- Secretária Executiva para o curso (um);
- Analista de Sistemas (um);
- Diagramador (um);
- Design Instrucional (três)
- Web Design (um);
- Suporte de Rede (dois);
- Docentes que atuam na Gestão do Curso (vide item 7.3.)
- Docentes que atuam no desenvolvimento do curso (Vide Anexo 3)



A contratação da equipe multidisciplinar e de tutores será feita via Universidade Aberta do Brasil – UAB. Os docentes receberão bolsas conforme critérios do sistema CAPES/UAB.

7.2. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Todos os integrantes da equipe acadêmica passarão por capacitação específica na área de Ensino a Distância (alguns já estão sendo capacitados), considerando as particularidades das tecnologias envolvidas, os procedimentos didáticos a serem utilizados e a fundamentação pedagógica adequada, bem como as características sociais e culturais de cada município conveniado. A equipe será capacitada através do Plano de Capacitação em Educação à Distância da CEAD/UNILAB, que prevê cursos específicos de:

- Fundamentos Teóricos e Históricos da Educação a Distância e as Bases do Planejamento de Cursos para Educação Online – curso sobre os Fundamentos teóricos, históricos e metodológicos da Educação a Distância e as bases de atuação em cursos on-line. É um curso básico para toda a equipe que atuará nos cursos à Distância da UNILAB
- Formação de Tutores Presenciais e a Distância na Plataforma Moodle – curso que irá possibilitar uma ambientação na plataforma e o conhecimento e experimentação dos recursos e atividades disponíveis, para que cada tutor possa apoiar os alunos durante as atividades virtuais.
- Planejamento e criação de cursos na plataforma Moodle para professores- o curso tem como objetivo possibilitar uma ambientação na plataforma e o conhecimento e experimentação dos recursos e atividades disponíveis, para que cada docente possa dominar o uso das ferramentas e fazer suas escolhas;
- Produção e Elaboração de Materiais Instrucionais para Cursos à Distância - a partir de uma visão geral da EAD e das peculiaridades dos alunos e de suas necessidades, o curso buscará auxiliar o professor no desenvolvimento de materiais específicos para a EAD.



- Formação em Gestão de Educação a Distância para pessoal técnico-administrativo e de coordenação - para a gestão dos processos estratégicos, logísticos e operacionais dos Cursos da UAB.
- Formação de pessoal Técnico/Administrativo – Curso sobre a estrutura e o projeto político-pedagógico do curso, bem como sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado.

Também serão realizadas oficinas para auxílio na criação e implementação das salas de aula virtuais e de capacitação continuada, atendendo necessidades e peculiaridades dos cursos.

7.3. DOCENTES QUE PARTICIPAM DA GESTÃO DO CURSO

Função	Docente	Formação	Titulação	Dedicação
Coordenação do Curso	Maria Aparecida da Silva	Administração	Doutor	DE
Coordenação de Estágios	Marília De Franceschi Neto Domingos	Pedagogia- Sociologia	Doutor	DE
Professor da Disciplina				
Administração Estratégica	Áurio Lúcio Leocádio da Silva	Administração	Doutor	DE
Auditoria e Controladoria	Sâmia Nagib Maluf	Economia	Doutor	DE
Ciência Política	Luis Tomas Domingos	Antropologia	Doutor	DE
Contabilidade Geral	Hugo Consciência Silvestre	Administração	Doutor	DE
Contabilidade Pública	Hugo Consciência Silvestre	Administração	Doutor	DE
Direito Administrativo	Maria Elias Soares	Direito	Doutor	DE
Direito e Legislação Tributária	Maria Elias Soares	Direito	Doutor	DE
Direito Empresarial	Maria Elias Soares	Direito	Doutor	DE
Economia Brasileira	Sâmia Nagib Maluf	Economia	Doutor	DE
Elaboração de TCC..	Rosalina Semedo de Andrade Tavares	Administração	Doutor	DE
Elaboração e Gestão de Projetos	Luis Tomas Domingos	Antropologia	Doutor	DE
Empreendedorismo Governamental	Hugo Consciência Silvestre	Administração	Doutor	DE
Estatística Aplicada à Administração	Albanise Barbosa Marinho	Engenharia Ambiental	Doutor	DE

Filosofia e Ética	Remi Lavergne	Educação	Doutor	DE
Gestão Ambiental e Sustentabilidade	Albanise Barbosa Marinho	Engenharia Ambiental	Doutor	DE
Gestão da Regulação	Henrique César Muzzio de Paiva Barroso	Administração	Doutor	DE
Gestão de Operações e Logística I	Hugo Consciência Silvestre	Administração	Doutor	DE
Gestão de Operações e Logística II	Hugo Consciência Silvestre	Administração	Doutor	DE
Gestão de Pessoas no Setor Público	Rosalina Semedo de Andrade Tavares	Administração	Doutor	DE
Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública	Luis Tomas Domingos	Antropologia	Doutor	DE
Informática para Administradores	John Hebert da Silva Felix	Engenharia de Teleinformática	Doutor	DE
Instituições de Direito Público e Privado	Maria Elias Soares	Direito	Doutor	DE
Introdução à EAD	Marilia De Franceschi Neto Domingos	Sociologia	Doutor	DE
Introdução à Economia	Sâmia Nagib Maluf	Economia	Doutor	DE
Licitação, Contratos e Convênios	Maria Elias Soares	Direito	Doutor	DE
Macroeconomia	Sâmia Nagib Maluf	Economia	Doutor	DE
Matemática Básica	George Leite Mamede	Engenharia Civil	Doutor	DE
Matemática Financeira e Análise de Investimentos.	Sâmia Nagib Maluf	Economia	Doutor	DE
Matemática para Administradores.	Cicero Saraiva Sobrinho	Engenharia de Teleinformática	Doutor	DE
Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	Rosalina Semedo de Andrade Tavares	Administração	Doutor	DE
Negociação e Arbitragem	Hugo Consciência Silvestre	Administração	Doutor	DE
Orçamento Público	Sâmia Nagib Maluf	Economia	Doutor	DE
Organização, Processos e Tomada Decisão	Henrique César Muzzio de Paiva Barroso	Administração	Doutor	DE
Planejamento e Programação na Adm. Públ.	Áurio Lúcio Leocádio da Silva	Administração	Doutor	DE
Políticas Públicas e Sociedade	Luis Tomas Domingos	Antropologia	Doutor	DE
Produção de Textos	Júlio César Dinoá do Nascimento	Linguística	Doutor	DE
Psicologia Organizacional	José Veríssimo do Nascimento	Educação	Mestre	40h
Redação Oficial	Júlio César Dinoá do Nascimento	Linguística	Doutor	DE

Relações Internacionais	Hugo Consciência Silvestre	Administração	Doutor	DE
Seminário Integrador.	Jaqueline Cunha da Serra Freire	Educação	Doutor	DE
Seminário Temático I	Maria Vilma Coelho Moreira Faria	Sociologia	Doutor	DE
Seminário Temático II	Áurio Lúcio Leocádio da Silva	Administração	Doutor	DE
Seminário Temático III	Marília De Franceschi Neto Domingos	Sociologia	Doutor	DE
Seminário Temático I, II e III na LFE I	Maria Vilma Coelho Moreira Faria	Sociologia	Doutor	DE
Seminário Temático I, II, III e IV na LFE II	Áurio Lúcio Leocádio da Silva	Administração	Doutor	DE
Seminário Temático I, II, III e IV na LFE III	Marília De Franceschi Neto Domingos	Sociologia	Doutor	DE
Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público	Áurio Lúcio Leocádio da Silva	Administração	Doutor	DE
Sociologia Organizacional	Carlos Subuhana	Sociologia	Doutor	DE
Tecnologia e Inovação	Mário Fernandes Biague	Engenharia de Energia e automação	Doutor	DE
Teoria das Finanças Públicas	Sâmia Nagib Maluf	Economia	Doutor	DE
Teorias da Administração I	Henrique César Muzzio de Paiva Barroso	Administração	Doutor	DE
Teorias da Administração II.	Henrique César Muzzio de Paiva Barroso	Administração	Doutor	DE
Teorias da Administração Pública.	Henrique César Muzzio de Paiva Barroso	Administração	Doutor	DE

8. INFRAESTRUTURA E PROCESSO DE GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- ▶ a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- ▶ a produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- ▶ processos de orientação e avaliação próprios;
- ▶ monitoramento do percurso do estudante; e
- ▶ criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos estudantes.

Para o curso de Administração Pública, na modalidade a distância, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa, preveem:

Rede Comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Pólos com a IPES e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica na IPES, com a garantia de:

- ▶ manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- ▶ designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;



- ▶ manutenção dos núcleos tecnológicos na UNILAB e nos Pólos, que dêem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
- ▶ organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Pólos e a UNILAB.

Produção de Material Didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico.

A estrutura pedagógica de EaD do Curso de Administração Pública conta com os seguintes atores:

- Coordenador Pedagógico
- Coordenador de Estágios
- Docentes
- Coordenador de Tutores
- Tutores

Todos os atores da estrutura pedagógica de EaD têm como função básica assistir ao estudante, acompanhá-lo e motivá-lo ao aprendizado.

8.1. SELEÇÃO DE PROFESSORES TUTORES

O processo de seleção dos tutores será realizado a partir de abertura de edital público de concurso.

O Tutor deve possuir formação de nível superior e experiência mínima de um ano no magistério superior. Caso não comprove essa experiência, deve comprovar formação pós-graduada ou vinculação a programa de pós-graduação para poder exercer a função.

Os tutores serão selecionados conforme as necessidades específicas de cada disciplina ou grupo de disciplinas.

A seleção e o treinamento não implicam necessariamente na contratação dos tutores.

Após este processo e em função da necessidade os mesmos serão convocados para trabalho de tempo determinado. Ao fim da disponibilização de uma disciplina ou



de um grupo de disciplinas o tutor poderá ser desligado dos quadros do curso conforme necessidade observada pela Coordenação do curso.

O processo de avaliação acontecerá por meio de

- Comprovação da formação acadêmica;
- Comprovação de pós- graduação “lato- sensu”;
- Análise de currículo;
- Entrevista;
- Comprovação de residência no município pólo para os tutores presenciais e para os tutores a distância.

Os convocados para o trabalho de tutoria deverão assinar um termo de compromisso que constará todas as atribuições e regulamentos pertinentes.

8.2. SISTEMA DE TUTORIA

A tutoria no curso de Administração Pública como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, O tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas, as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão, com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem, dos Seminários Temáticos e do Estágio Supervisionado.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele coloca-se em atitude de questionamento re-construtivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria-



prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele relaciona-se com outros estudantes para estudar, se participa de organizações ligadas à sua formação profissionais ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, neste processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos dos aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela IPES antes do início do curso e ao longo do curso.

Como já foi explicitado no item 7.2. os tutores da UNILAB receberão capacitação inicial para a função e participarão das oficinas de formação continuada previstas no Plano de Capacitação da CEAD.

Como recursos para interlocução poderão ser utilizados:

- ▶ Ambiente Virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- ▶ Videoaulas;
- ▶ Telefone;
- ▶ e-mail; e
- ▶ encontros semanais com a coordenação de tutoria.

8.3. ENCONTROS PRESENCIAIS

Os encontros presenciais serão motivos de amplo planejamento, envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. Entre as atividades a serem contempladas incluem-se avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica.

Conforme o Decreto nº 5.622, de 19/12/2005, é obrigatória a previsão de momentos presenciais em cursos a distância. O Curso de Bacharelado em



Administração Pública, na modalidade à distância, atendendo ao que determina a legislação vigente, terá cerca de oitenta por cento (80%) de sua carga horária básica desenvolvida a distância e vinte por cento (20%) em atividades presenciais, dos quais 60% com apoio tutorial e 40% voltados para estudos independentes, ou seja, 06 horas de encontro presencial para cada 30 horas da disciplina.

Embora não se faça restrição quanto ao local de moradia do aluno, cada aluno do curso estará vinculado ao polo do município para o qual fez sua inscrição de vestibular. Assim é de responsabilidade do próprio estudante os custos de deslocamento, necessários para os encontros presenciais.

Projetam-se 03 (três) momentos de integração presencial: um no início da disciplina, um no meio e outro ao final, para a realização da avaliação presencial. Esses momentos ocorrerão em auditório nas cidades consideradas como polos de integração presencial devendo ser realizados aos sábados e/ou domingos. O tempo de duração média desses encontros é de 08 horas, comportando duas disciplinas por encontro. Nesses encontros, todos os integrantes terão condições de continuar, presencialmente, alguns diálogos que estarão sendo tratados em meio virtual. A resultante de aprendizagem desses encontros tende a estimular as discussões ou a amadurecer aqueles diálogos que já estavam ocorrendo.

Alguns encontros presenciais poderão utilizar a tecnologia da web e/ou videoconferência. Os encontros realizados através desse procedimento em geral também tendem a integrar mais intensamente os participantes entre si e com seus professores. Para tais encontros, será utilizada a estrutura das Infovias do Estado que já está consolidada e integrada nos processos de aprendizagem. Estes encontros receberão um maior aporte pedagógico para que se possa utilizar mais intensamente os diversos recursos possíveis através do uso desse meio.

O recurso da web ou videoconferência poderá ser utilizado para cumprir algumas das etapas presenciais do curso, porque cumpre as exigências de flexibilidade na oferta e na construção do conhecimento. A CEAD deverá avaliar os meios alternativos e os impactos orçamentários e pedagógicos relativos ao uso da teleconferência e das abordagens presenciais tradicionais.

A web ou videoconferência é um meio de realização da Educação a Distância que vai possibilitar contato com grande nível de interatividade e troca direta em tempo real (síncrona) entre os participantes. A integração proporcionada pela web ou videoconferência dá condição mais direta de troca intelectual, uma vez que mantém o



elemento de construção oral das ideias e a possibilidade associada da imagem. Além dessas características, a web ou videoconferência apresenta a vantagem de integrar visualmente diversos pontos que fisicamente teriam maior dificuldade de contato.

Na web ou videoconferência, as aulas ao vivo, com duração média de 2h, serão transmitidas pela internet, de modo interativo, para os polos nos municípios conveniados. Nesta oportunidade, os alunos contarão com a participação de professores e monitores. Essas web ou videoconferências serão gravadas e constituirão um acervo a ser disponibilizado aos polos, de forma a atender alunos que as desejarem consultar.

8.4. PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

A produção do conteúdo básico será realizada por autores especialistas, coordenados pela UAB, e sua distribuição às IPES será feita pela equipe de produção técnica. A reprodução bem como sua distribuição aos alunos ficará a cargo de cada IPES.

9. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação é entendida como atividade política que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não só análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também a dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Dentre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EaD e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

9.1. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação de curso que deverá ser executada com regularidade, com vistas à garantia da qualidade do mesmo, é uma avaliação voltada para o processo de manutenção e geração dos cursos. Nessa avaliação, será considerado:

1. Integralização curricular, enfatizando a interdisciplinaridade e a integração entre as disciplinas;
2. Integração entre teoria e prática nas disciplinas;
3. Correspondência do currículo às habilidades e ao perfil profissional;
4. Atividades complementares: grau de detalhamento e distribuição da carga horária;
5. Área de concentração/especialização;
6. Interação das atividades de ensino com a pesquisa e a extensão;
7. Oferta de disciplinas além do conteúdo mínimo;
8. Cumprimento efetivo dos conteúdos programáticos;
9. Atualização dos programas;
10. Integração da graduação com a pós-graduação, quando houver;

11. Grau de atendimento do projeto pedagógico do curso às condições e às perspectivas do mercado de trabalho regional e às demandas gerais da sociedade.

9.2. AVALIAÇÃO DOS SUBSISTEMAS DE EaD

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de Administração tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso.

Para tanto, será aplicada a avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada pelos atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles, estudantes, professores tutores, professores conteudistas, professores formadores e coordenador do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- ▶ desempenho do estudante;
- ▶ desempenho dos professores-tutores;
- ▶ desempenho dos professores formadores;
- ▶ adequação do sistema de tutoria;
- ▶ adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- ▶ qualidade do material impresso e da multimídia interativa;
- ▶ qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- ▶ desempenho da coordenação do curso; e
- ▶ eficácia do programa.

A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

9.3. AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas sim a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque no contexto da EaD o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- ▶ buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- ▶ obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- ▶ desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor, então, ao organizar o material didático do curso de Administração Pública, é levar o estudante a questionar aquilo que julga saber e, principalmente, para que questione os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Administração Pública e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que, possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.

Por isso, é importante desencadear processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

A avaliação do desenvolvimento do aluno, tendo como base os progressos científicos e didático-pedagógicos obtidos pelos mesmos, será consolidada em uma nota



para cada disciplina, atendendo às exigências normativas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Nos procedimentos avaliativos, adotados pelos professores, serão considerados a construção e o aprofundamento individual de conhecimento, o trabalho em grupo, os relatórios de autoavaliação ou de avaliação grupal, a utilização de novas tecnologias, a metodologia de ensino a distância, o aperfeiçoamento didático-pedagógico e a expressão oral e escrita dos alunos no desenvolvimento das atividades.

As avaliações do desempenho do estudante serão regidas pela Resolução Interna da UNILAB que dispõe que considerar-se-á aprovado o discente que obtiver no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) ou mais da carga horária do componente curricular, vedado o abono de faltas e média no mínima igual ou superior a 7,0 (sete). O discente que obtiver nota igual ou superior a 04 (quatro) e inferior a 07 (sete), terá direito a ser submetido à avaliação final, sendo aprovado quando obtiver nota igual ou superior a 05 (cinco). Os critérios para aprovação em disciplina, guardadas as adequações, são os mesmos utilizados nos cursos presenciais, os quais são definidos no Regimento Geral da UNILAB.

Para disciplinas com 30 horas, serão feitas duas avaliações, correspondendo a primeira às atividades presenciais, atividades à distância e demais atividades formativas; e a segunda avaliação correspondendo à avaliação presencial, devendo essa ser presencial.

Para disciplinas de 60 horas, serão feitas três avaliações, correspondendo duas às atividades presenciais, atividades à distância e demais atividades formativas; e a terceira avaliação correspondendo à avaliação presencial, devendo essa ser presencial.

As avaliações presenciais, determinadas por lei, utilizarão um instrumento com abordagem objetiva e reflexiva que possibilite a avaliação da formalização dos conteúdos e de seu potencial de expansão a partir das respostas fornecidas pelo próprio aluno. Essas avaliações presenciais corresponderão a 70% do valor global a ser atribuído à disciplina.

Para garantia do sigilo necessário à lisura do processo, os professores das disciplinas encaminharão as provas a serem aplicadas em envelope lacrado, com cópia em arquivo digital, para a Coordenação do Curso que tratará da reprodução dos materiais e encaminhamento das mesmas em envelopes lacrados para os polos. No dia previsto para as provas, um professor do curso será designado para acompanhar a aplicação das provas nos polos. Esse professor será responsável pela conferência do



material, lavrando um documento onde constarão número de provas recebidas, número de ausentes, lista de presença, número de provas efetivamente respondidas. Esse documento será encaminhado, junto com as provas preenchidas e as não utilizadas, para a Coordenação do Curso, em envelope lacrado.

A Coordenação do Curso encaminhará as provas a serem corrigidas aos respectivos professores responsáveis pelas disciplinas, após conferência das mesmas. Uma vez corrigidas, as provas serão devolvidas à Coordenação que as arquivará pelos prazos previstos por lei. As notas serão registradas utilizando-se espaço próprio previsto na Plataforma.

Todo o apoio para armazenamento e/ou gerenciamento de dados será feito pelo Núcleo de Tecnologia da Informação da UNILAB, através do sistema SIGAA, atualmente em implantação na UNILAB. A infraestrutura atualmente instalada em equipamentos para gerenciamento de dados da Instituição atende largamente a demanda para no mínimo os próximos 10 anos. O pessoal técnico-administrativo para incremento da equipe está em contratação, devendo estar em serviço ainda ao final desse trimestre.

O estudante será avaliado em três situações distintas, sempre em conformidade com a legislação vigente:

- ▶ durante a oferta das disciplinas, a partir de atividades realizadas a distância, como pesquisas, exercícios, e outras tarefas planejadas para o desenvolvimento da disciplina;
- ▶ durante os encontros presenciais, a partir da realização de provas, apresentação de trabalhos e realização de outras tarefas propostas no encontro; e
- ▶ ao final do curso, com a elaboração do TCC e respectiva defesa em banca examinadora.

Nessas situações de avaliação, os tutores e os professores formadores deverão estar atentos para observar e fazer o registro dos seguintes aspectos: a produção escrita do estudante, seu método de estudo, sua participação nos Encontros Presenciais, nos fóruns e nos bate-papos; se ele está acompanhando e compreendendo o conteúdo proposto em cada uma das disciplinas, se é capaz de posicionamentos crítico-reflexivos frente às abordagens trabalhadas e frente à sua prática profissional (dimensão cognitiva) e na realização de estudos de caso e de pesquisa, a partir de proposições temáticas relacionadas ao seu campo de formação profissional, entre outros fatores.



10. PROCESSO DE COMUNICAÇÃO- INTERAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES

Em função de uma das principais características do ensino a distância, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e troca de informação nas suas formas síncrona e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação síncrona serão: telefone, chat, webconferência.

Como processos de comunicação diacrônicos serão utilizados: fóruns, correio eletrônico e a própria plataforma Moodle.

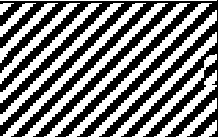
Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação síncrona e diacrônica e será orientada pelo Tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade, etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso de Administração Pública pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.



ANEXO 1 –FLUXO DAS DISCIPLINAS

Módulo 0 30 h/a	1º MÓDULO 390 h/a	2º MÓDULO 390 h/a	3º MÓDULO 390 h/a	4º MÓDULO 330 h/a	5º MÓDULO 330 h/a	6º MÓDULO 330 h/a	7º MÓDULO 300 h/a	8º MÓDULO 270 h/a
Introdução à EAD (30h)	Filosofia e Ética	Ciência Política	Teorias da Adm. Pública	Teorias das Finanças Públicas	Planejamento e Programação na Adm. Pública	Orçamento Público	Auditoria e Controladoria	Políticas Públicas e Sociedade
	Teorias da Administração I	Teorias da Administração II	Sociologia Organizacional	Organização, Processos e Tomada Decisão	Gestão de Pessoas no Setor Público	Administração Estratégica	Negociação e Arbitragem	Gestão Ambiental e Sustentabilidade
	Introdução à Economia	Macroeconomia	Economia Brasileira	Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público	Gestão de Operações e Logística I	Gestão de Operações e Logística II	Tecnologia e Inovação	Licitação, Contratos e Convênios
	Psicologia Organizacional	Contabilidade Geral	Contabilidade Pública	Estatística Aplicada à Administração	Matemática Financeira e Análise de Investimento	Elaboração e Gestão de Projetos	Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública	Elaboração de TCCc
	Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	Matemática para Administradores	Instituições de Direito Público e Privado	Direito Administrativo	Direito e Legislação Tributária	Empreendedorismo Governamental	Relações Internacionais	
					Direito Empresarial	Gestão da Regulação		
	Seminário Integrador	Seminário Integrador I	Seminário Integrador II	Seminário Integrador III	Seminário Temático I na LFE I	Seminário Temático II na LFE I	Seminário Temático III na LFE I	Seminário Temático IV na LFE I
	Matemática básica (nivelamento)	Leitura e produção de texto (nivelamento)	Informática para administradores (optativa)	Redação Oficial (optativa)	Seminário Temático I na LFE II	Seminário Temático II na LFE II	Seminário Temático III na LFE II	Seminário Temático IV na LFE II
					Seminário Temático I na LFE III	Seminário Temático II na LFE III	Seminário Temático III na LFE III	Seminário Temático IV na LFE III

Estágio Curricular Supervisionado I	Estágio Curricular Supervisionado II	Estágio Curricular Supervisionado III	Estágio Curricular Supervisionado IV
-------------------------------------	--------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------------------

ANEXO 2 – EMENTÁRIO

As ementas referentes aos módulos da estrutura curricular apresentada constituem-se de:

MÓDULO 1

FILOSOFIA E ÉTICA – 60 horas – 4 créditos

Ementa:

Conceito de filosofia: filosofia como doutrina e como ato de pensar. Filosofia e outras formas de conhecimento humano. Características gerais dos grandes períodos da história da filosofia. Conceito de ética. Ética como problema teórico e como problema prático. Ética e responsabilidade. Teorias morais. Ética e “ética profissional”. Ética e política.

Referências Básicas

CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1995. (NB: Esta obra, além de ser boa em si, está disponível integralmente em *sites* da Internet).

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de Filosofia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Referências Complementares

APEL, Karl-Otto. *Estudos de moral moderna*. Petrópolis: Vozes, 1994.

HADOT, Pierre. *O que é filosofia antiga?* São Paulo: Loyola, 1999.

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de Ética: de Platão a Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

PLATÃO. *A República*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

INTRODUÇÃO À ECONOMIA – 60 horas – 4 créditos

Conceitos e princípios de economia. Evolução do Pensamento Econômico. Noções de Microeconomia: mercado e preços; demanda e oferta; teoria do consumidor; teoria da firma; estrutura de mercado e eficiência. Noções de Macroeconomia: determinação da renda e do produto nacional; mercado de bens e serviços e lado monetário. O setor externo, câmbio e estrutura de balança de pagamento. Setor Público: funções econômicas; estrutura tributária e déficit público. Desenvolvimento Econômico, fontes de crescimento, financiamento e modelos.

Referências Básicas

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; DAVID, Begg. *Introdução à economia* (Para Cursos de Administração, Direito, Ciências Humanas e Contábeis. Tradução de Helga Hoffmam. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de. *Manual de introdução à economia*. Equipe de Professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2006.

Referências Complementares

GREMAUD, Amaury Patrick; AZEVEDO, Paulo Furquim de; DIAZ, Maria Dolores Montoya. *Introdução à economia*. São Paulo: Atlas, 2007.

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia* (Edição Compacta). Tradução de Allan Vidigal Hastings. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia*. São Paulo: Atlas, 2003.



ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia*. Livro de Exercícios. São Paulo: Atlas, 2004.

SAMUELSON, Paul A.; NORDAUS, William D. *Economia*. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2004.

METODOLOGIA DE ESTUDO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – 60 horas – 4 créditos

Métodos de estudo: orientação para a leitura, análise e interpretação de texto. Ciência, metodologia e pesquisa em administração. Tipos de pesquisa. O processo de pesquisa. Instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados. Estrutura e organização de trabalhos científicos.

Referências Básicas

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry, *et al.* *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

Referências Complementares

CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DEMO, Pedro. *Metodologia para quem quer aprender*. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LUCKESI, Carlos *et al.* *Fazer universidade: uma proposta metodológica*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2002.



SALOMON, Dêlcio Vieira. *Como fazer uma monografia*. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 1997.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL – 60 horas – 4 créditos

Contribuições das teorias psicológicas para o campo do estudo das organizações. Impacto dos diversos modos de organização do trabalho na vida e saúde das pessoas. Temas da psicologia na interface com os estudos organizacionais: motivação, aprendizagem, percepção e grupos. Tensão e conflito. Processo de liderança.

Referências Básicas

BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. *Psicodinâmica da Vida Organizacional*. São Paulo: Atlas, 1997.

ZANELLI, José C.; BORGES, Jairo; BASTOS, Antonio V. *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Referências Complementares

BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. *Psicologia aplicada à administração de empresas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1982.

CHANLAT, Jean-François. *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. Vol. 3. São Paulo: Atlas, 1996.



LANE, Silvia; CODO, Wanderley. *Psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SCHEIN, Edgard H. *Psicologia organizacional*. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.

TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO I – 60 horas – 4 créditos

Introdução à Administração: mercado de trabalho; conceito de administração; o Administrador e seu papel na sociedade atual; formação e legislação profissional. As organizações: conceitos e ambientes competitivos globalizados. Funções administrativas e organizacionais. Composição Organizacional e Processo Administrativo. Novas tendências.

Referências Básicas

MAXIMIANO, Antônio Cesar A. *Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital*. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Reinaldo O. da. *Teorias da administração*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

Referências Complementares

BATEMAN, Thomas S; SNELL, Scott A. *Administração: liderança e colaboração no mundo competitivo*. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

CARAVANTES, Geraldo R. *et al. Administração: teorias e processos*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. *Princípios da administração: o essencial em teoria geral da administração*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

_____. *Introdução à Teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações*. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

FARIA, José C. *Administração: introdução ao estudo*. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.



STONER, James Arthur. F.; FREEMAN, R. Edward. *Administração*. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1999.

SEMINÁRIO INTEGRADOR - 30 horas – 2 créditos

MÓDULO 2

CIÊNCIA POLÍTICA – 60 horas – 4 créditos

Conceitos básicos em ciências políticas ao invés de objeto; Fundamentos teóricos das ciências políticas; Formas de governo e regimes políticos; Representação e sistemas partidários.

Referências Básicas

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade*: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva. Rio de Janeiro : LCT, 1998.

Referências Complementares

GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

LEO MAAR, Wolfgang. *O que é política*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAGALHÃES, José Antônio Fernandes de. *Ciência política*. Brasília: Vestcon, 2001.

MOISÉS, José Álvaro. *Os brasileiros e a democracia*. São Paulo: Ática, 1995.

WEBER, Max. *Ciência e política*: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1992.

CONTABILIDADE GERAL – 60 horas – 4 créditos



Elementos de Contabilidade: definições. Aplicação. Exigências legais e finalidades de Contabilidade. Organização das unidades econômicas. Fatos contábeis e econômicos. Método das Partidas Dobradas: registros e sistemas contábeis. Demonstrações contábeis. Apuração do resultado do exercício. Balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício. Aspectos fundamentais da teoria contábil. Análise das informações contábeis.

Referências Básicas

IUDICIBUS, Sérgio *et al.* *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações* (com Suplemento). São Paulo: Atlas, 2007/2008.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. *Contabilidade básica*. São Paulo: Atlas, 2008.

Referências Complementares

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – PRONUNCIAMENTOS.

Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 27 mar. 2009.

MACROECONOMIA – 60 horas – 4 créditos

Fundamentos da análise macroeconômica; Problemas macroeconômicos; Modelos macroeconômicos; Contabilidade Nacional; Determinantes da demanda e oferta agregada; Moeda, juros e renda; Economia Aberta; Política econômica; O papel do governo; Inflação.

Referências Básicas

BLANCHARD, Olivier. *Macroeconomia*. 4. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

MANKIW, N. Gregory. *Macroeconomia*. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

Referências Complementares



BACHA, Carlos José Caetano; LIMA, Roberto Arruda de Souza. *Macroeconomia: teorias e aplicações à economia brasileira*. São Paulo: Alínea, 2006.

CARVALHO, José L. *et al. Fundamentos de economia: Macroeconomia*. v. 1, São Paulo: Cengage Learning, 2008.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley. *Macroeconomia*. 5. ed. São Paulo: Makron, 1991.

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. *Introdução à economia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MATEMÁTICA PARA ADMINISTRADORES – 60 horas – 4 créditos

Teoria dos Conjuntos. Matrizes. Sistemas de equações lineares. Funções. Limites. Continuidade. Derivadas. Aplicação do conteúdo estudado em problemas administrativos.

Referências Básicas

BOULOS, Paulo. *Cálculo diferencial e integral*. Vol. 1. São Paulo: Makron Books, 1999.

SILVA, Fernando Cesar Marra e; ABRÃO, Mariângela. *Matemática básica para decisões administrativas*. São Paulo: Atlas, 2007.

Referências Complementares

LARSON, Roland E.; HOSTETLER, Robert P.; EDWARDS, Bruce H. *Cálculo com aplicações*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

WHIPKEY, Kenneth L.; WHIPKEY Mary Nell. *Cálculo e suas múltiplas aplicações*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1982.



TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO II – 60 horas – 4 créditos

Escolas e Evolução do Pensamento Administrativo. Gestão por função e gestão por processos. Sistema administrativo e mudança organizacional.

Referências Básicas

MARTINS-PEREIRA, José. *Manual de gestão pública contemporânea*. São Paulo: Atlas, 2007.

PAULA, Ana Paula Paes de. *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

Referências Complementares

MOTTA, Fernando C. P.; VANCONCELLOS, Isabella F. G. *Teoria geral da administração*. São Paulo: Pioneira Thonsom, 2005.

SALDANHA, Clezio. *Introdução à gestão pública*. São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, Arídio *et al.* *Sistemas de informação na administração pública*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

WREN, Daniel A. *Idéias de administração: o pensamento clássico*. São Paulo: Ática, 2007.

_____. *Idéias de administração: o pensamento moderno*. São Paulo: Ática, 2007.

SEMINÁRIO TEMÁTICO I(Seminário de Gestão Social) – 30 horas – 2 créditos

Projeto de pesquisa, desenvolvido por professor do curso, que incorpora estudos teóricos e pesquisa de campo, visitas técnicas, palestras, apresentação de seminário, que oportunize aos discentes o conhecimento sobre: *As Organizações da Sociedade Civil: aspectos conceituais. Diferenciação entre os campos dos movimentos sociais, da ação caritativa/humanitária e da ação política (motivações, processo decisório, relações*



interorganizacionais). A economia solidária enquanto modalidade de gestão social: definição; fundamentos analíticos para a compreensão do tema. A economia solidária na prática: manifestação no contexto latino-americano e no Brasil; tipologia (comércio justo, finanças solidárias, economia sem dinheiro, empresas sociais).

Bibliografia básica:

FRANÇA FILHO, G. C. (Org.); LAVILLE, Jean Louis (Org.) ; MEDEIROS, Alzira (Org.) ; MAGNEN, Jean Philippe (Org.) . Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. v. 01. 326 p.

HUDSON, Mike. Administrando Organizações do Terceiro Setor: o Desafio de Administrar sem Receita. São Paulo: Makron Books, 1999.

TENÓRIO, Fernando G. *Gestão de ONGs: principais funções gerenciais*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004, 8ª edição.

Bibliografia complementar:

KRAYCHETE, Gabriel et al. (org.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes (Capina/Cese/UCSal), 2000.

MOURA, Maria Suzana et al. *Especificidades da Gestão de Empreendimentos na Economia Solidária - Breve Estado da Arte sobre o Tema*. In: **Encontro Latino Americano de Investigadores do Cooperativismo**, 2004, São Leopoldo, 2004.

MÓDULO 3

CONTABILIDADE PÚBLICA – 60 horas – 4 créditos

Elementos de contabilidade geral. Contabilidade Pública: métodos e sistemas de escrituração. Receita e despesa pública. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Demonstrações contábeis: balanços, variações patrimoniais, consolidação e



prestação de contas. Lançamentos contábeis. Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Exercício financeiro. Aspectos fundamentais. Relatórios RREO e RGF.

Referências Básicas

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. *Contabilidade Pública: Integrando União, Estados e Municípios*. São Paulo. 3ª ed. Atlas. 2007

MOTA, Francisco Glauber Lima. *Contabilidade Aplicada ao Setor Público*. Brasília: autor-editor, 2009.

Referências Complementares

ANGELICO, João. *Contabilidade Pública*. São Paulo: Atlas, 1994.

CRUZ, Flavio da *et al.* *Comentários à Lei nº 4.320: normas gerais de direito financeiro, orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal*. São Paulo, Atlas: 2008.

GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. São Paulo, Atlas, 2007.

KOHAMA, Helio. *Contabilidade Pública: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2006.

MACHADO Jr., J. Teixeira. *A Lei 4.320 comentada*. Rio de Janeiro: IBAM, 1998.

SILVA, Lino Martins. *Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo*. São Paulo: Atlas, 2004.

SLOMSKI, Valmor. *Manual de Contabilidade Pública: um enfoque na contabilidade municipal*. São Paulo: Atlas, 2003.

ECONOMIA BRASILEIRA – 60 horas – 4 créditos

Evolução histórica da economia brasileira no período republicano. A evolução recente da economia no Brasil: agricultura e indústria; comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais. Temas emergentes na economia brasileira e a atualidade: o

problema da distribuição de renda e indicadores socioeconômicos; desemprego e informalidade; globalização, inserção periférica e acordos internacionais.

Referências Básicas

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). *Economia brasileira*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Economia brasileira contemporânea*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Referências Complementares

ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica Republicana (1889-1989)*. 15. tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André (Orgs.). *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.

WERNER, Baer. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 2002.

INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO – 60 horas – 4 créditos

Noções de Direito; Norma jurídica e outras normas sociais. Direito público e direito privado. Subdivisões. Fontes do direito. Conceito de Estado, sua origem e formação; Elementos de Estado: Estado de direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito; Poder e funções do Estado; Formas de Estado, formas de Governo e sistemas de Governo. Conceito de Constituição; classificação e poder constituinte; Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade; As Constituições brasileiras. A

constituição vigente. Organização do Estado Brasileiro: Forma de Estado, forma de Governo e sistema de Governo; Poder legislativo: função, organização, garantias; Poder Judiciário: funções, organização, garantias. Poder Executivo: funções, organização, atribuições e responsabilidade. Conceito de Administração pública; Princípios; Organização administrativa. Administração Direta e indireta; Servidores públicos. Direitos e Garantias Individuais; Direitos fundamentais do Homem.

Referências Básicas

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. São Paulo: Saraiva, 2009.

Referências Complementares

BONAVIDES, Paulo. *Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Malheiros, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2009.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2009.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2009.

SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL – 60 horas – 4 créditos

A Sociologia e seu objeto de estudos. Conceitos básicos: relação social, estrutura e paradigmas de relacionamento, socialização e formação da cultura. Interação social: o indivíduo e a sociedade. Papel social, grupos e organização social. Organização formal e organização informal. Atitudes, valores e comportamento nas organizações. Cultura organizacional: tipologia, características e planejamento de mudanças.

Referências Básicas



BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reinaldo C. *Sociologia aplicada à administração*. São Paulo: Saraiva, 2001.

DIAS, Reinaldo. *Sociologia das organizações*. São Paulo: Atlas, 2008.

Referências Complementares

CHANLAT, Jean-François. *O indivíduo na organização*. São Paulo: Atlas, 1992.

HERSEY, Paul P.; BLANCHARD, Kenneth H. *Psicologia para administradores: a teoria e as técnicas da liderança situacional*. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1986.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. *Sociologia geral*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LANER, Aline; CRUZ JUNIOR João Benajamim. *Repensando as organizações*. Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2004.

STONER, James A. F. *Administração*. 2. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – 60 horas – 4 créditos

O estado, o governo e a sociedade. Evolução da administração pública brasileira: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Contexto contemporâneo da atuação do Estado. Governabilidade, governança e descentralização do poder. Estrutura e função da administração pública. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública. Reformas administrativas e programas de desburocratização: DASP, Decreto-Lei nº 200/67; Constituição de 1988 e Emenda Constitucional nº 19/98. Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. A reforma de Estado e da administração pública: experiências inglesa, americana e brasileira. Representação e participação: gestão pública e privada. *Accountability* e *Responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.

Referências Básicas

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (Org.). *Reforma do estado e da administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Referências Complementares

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: reestruturação do estado e perda dos direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

JUNQUILHO, Gelson Silva. Gestão e ação gerencial nas organizações contemporâneas: para além do “folclore” e o “fato”. *Revista Gestão & Produção*, São Carlos, v. 8, n. 3, p. 304-318, Dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v8n3/v8n3a07.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. *Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais*. São Paulo: Atlas, 2008.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. *O que é burocracia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. *Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SEMINÁRIO TEMÁTICO II (Seminário de Gestão governamental) – 30

horas – 2 créditos

Estudos teóricos sobre a trajetória recente da administração pública no Brasil. Pesquisa de campo e apresentação de seminário, sobre a profissionalização, eficiência, efetividade e transparência/accountability, na gestão de organizações governamentais, em suas regiões, cidades, estados ou países de origem.

Bibliografia básica:

ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. Revista de Administração Pública – RAP, Rio de Janeiro, 2007.

COSTIN, Claudia. Administração Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

BRESSER PEREIRA, L.C.; Estado, aparelho de estado e sociedade civil(texto para discussão 4) disponível:<www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&tas> acesso em 21.02.2012.

COUTINHO, M.J.V. Administração pública voltada para o cidadão: quadro teórico-conceitual. In: Revista do Serviço Público, Ano 51, Número 3, Jul-Set 2000.

PAULA. A.P.P. A administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. In: Revista de Administração de Empresas - ERA – FGV-SP, vol. 45 no. 1, 2005.

Bibliografia complementar:

BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. K. Reforma do Estado e administração pública gerencial. 4.ed. Rio de Janeiro : FGV, 2001.

BROSE, Marcus (org.). Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001, 3

ROBBINS, Stephen O.; DECENZO, David A. Fundamentos da Administração: conceitos essenciais e aplicações. Rio de Janeiro: Prentice-Hall. 2004.

KISIL, Rosana. Elaboração de Projetos e Propostas para Organizações da Sociedade Civil. São Paulo, Instituto Fonte/Global Editora, Coleção Gestão e Sustentabilidade, 2001.

BRAGA, G. Conflitos, Eficiência e Democracia na Gestão Pública. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998. 193p.

MÓDULO 4

DIREITO ADMINISTRATIVO – 60 horas – 4 créditos

Conceito. Campo de Aplicação. Objeto do Direito. Sujeito direito. Pessoas jurídicas e administrativas. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública. Autarquias. Sociedades de economia mista. Empresas públicas. Fundações. Função pública e bens públicos. Relação de Direito Administrativo. Regime Jurídico-Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos. Noções Gerais sobre Procedimento Administrativo. Licitação. Contratos Administrativos. Domínio público. Intervenção na propriedade. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a administração pública.

Referências Básicas

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. São Paulo: Atlas, 2009.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2009.

Referências Complementares

ANTUNES ROCHA, Cármen Lúcia. *Princípios constitucionais dos servidores públicos*. São Paulo: Saraiva, 1999.

CRETELLA JÚNIOR, José. *Curso de direito administrativo*. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de direito administrativo*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MEDAUAR, Odete. *Direito administrativo moderno*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.



MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 2005.

ESTATÍSTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO – 60 horas – 4 créditos

Fases do método estatístico. Dados brutos e derivados. Medidas de tendência central, separatrizes, medidas de dispersão. Probabilidade. Distribuições discretas e contínuas. Amostras e populações. Testes de hipóteses.

Referências Básicas

BRUNI, Adriano Leal. *Estatística aplicada a gestão empresarial*. São Paulo. Editora Atlas, 2007.

MCCLAVE, James T.; BENSON, P. George; SINCICH, Terry. *Estatística para administração e economia*. Traduzido por Fabrício Pereira Soares e Fernando Sampaio Filho. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

Referências Complementares

BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. *Estatística básica*. São Paulo: Editora Atual, 2002.

COSTA NETO, Pedro L. de Oliveira. *Estatística*. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.

LARSON, Ron; FARBER, Bruce H. *Estatística aplicada*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

LEVINE, David. M.; BERENSON, Mark L.; STEPHAN, David. *Estatística: teoria e aplicações (usando o Microsoft Excel em português)*. Rio de Janeiro: LTC editora, 2000.

PEDROSA, Antônio Carvalho; GAMA, Silvério M. A. *Introdução computacional à probabilidade e estatística*. Porto Editora, 2004.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO SETOR PÚBLICO – 60

horas – 4 créditos

Fundamentos de sistemas, processos e informações; Tecnologia e sistemas de informações aplicações no setor público e privado; Gestão de tecnologia da informação no setor público; Planejamento Estratégico e Tecnologia da Informação; Governo Eletrônico; Governança Tecnológica; Padrões de Sistemas de Informação e Políticas Públicas.

Referências Básicas

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. *Gerenciamento de sistemas de informação*. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

STAIR, Ralph M. *Sistemas de informação: uma abordagem gerencial*. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

Referências Complementares

BOAR, Bernard. *Tecnologia da informação: a arte do planejamento estratégico*. 2. ed. São Paulo: Berkeley, 2002.

CASSARRO, Antonio Carlos. *Sistema de informações para tomada de decisões*. São Paulo: Pioneira, 1999.

LAURINDO, Fernando. *Tecnologia da informação: eficácia das organizações*. São Paulo: Futura, 2003.

O'BRIEN, James A. *Sistemas de Informação e as decisões gerenciais na era da Internet*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS – 60 horas – 4 créditos

Finanças públicas: teorias, conceitos, evolução. Finanças públicas no Brasil. Instituições financeiras brasileiras. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, déficits e



dívida pública. Renúncia de receita. Política fiscal e distribuição de renda. O problema previdenciário no Brasil. Reforma tributária e federalismo fiscal.

Referências Básicas

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. *Finanças Públicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

REZENDE, Fernando. *Finanças Públicas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Referências Complementares

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à Economia*. São Paulo: Thompson Pioneira, 2005.

RIANI, Flávio. *Economia do Setor Público*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E TOMADA DE DECISÃO – 60 horas –

4 créditos

Organização e reorganização. Organogramas. Aproveitamento racional do espaço físico. Processos: fluxogramas e otimização. Condicionantes e componentes da estrutura organizacional: autoridade, responsabilidade e comunicação; estratégia, tecnologia, ambiente, pessoas e objetivos. Departamentalização. Centralização e Descentralização. Métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; tendências atuais. A função decisão no contexto da Administração. Administração como um processo de tomada de decisões empresarial: análise estratégica, alocação e mobilização dos recursos, especificações e desempenho. Tipos de decisão. Métodos e processos de tomada de decisão. Instrumentos para a tomada de decisão.

Referências Básicas

D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. *Organização, sistemas e métodos*. São Paulo: Atlas, 2001.



GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro; GOMES, Carlos Francisco Simões;
ALMEIDA, Adiel Teixeira. *Tomada de decisão gerencial: enfoque multicritério*. São Paulo: Atlas, 2002.

Referências Complementares

ARAÚJO. *Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional*. Vol. I. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. *Organização, sistemas e métodos*. Vol. II. São Paulo: Atlas, 2006.

MOTTA, Fernando Prestes; VASCONCELOS, Isabella Gouveia. *Teoria geral da administração*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

PEREIRA, Maria José Lara de Bretas; FONSECA, João Gabriel Marques. *Faces da decisão: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão*. São Paulo: Makron Books, 1997.

RAMOS, Guerreiro Alberto. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

SIMON, Herbert Alexander. *Comportamento administrativo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1970.

SEMINÁRIO TEMÁTICO III (Seminário de Gestão de políticas públicas) – 30 horas – 2 créditos

Estudos teóricos sobre importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Trajetória histórica da ligação entre políticas públicas e o profissional da administração pública no Brasil. Pesquisa de campo e apresentação de seminário, comparando os apontamentos teóricos e os achados sobre a gestão de políticas públicas nas organizações governamentais, nas suas regiões, cidades, estados ou países de origem.

Referências Básicas



BORGES, André. *Federalismo, dinâmica eleitoral e políticas públicas no Brasil: uma tipologia e algumas hipóteses*. In **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, no. 24, mai./ago. 2010, p. 120-157.

DAGNINO, Eveline. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FARAH. M. F.S. *Administração pública e políticas públicas*. In: **Revista de Administração Pública - RAP** - Rio de Janeiro 45(3): 813-36 Maio/jun. 2011.

CAVALCANTE. Pedro. *Descentralização de políticas públicas sob a ótica neoinstitucional: uma revisão de literatura*. In: **Revista de Administração Pública - RAP** - Rio de Janeiro 45(6):1781-1804, nov./dez. 2011

SOUZA. Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

Peixoto , Paulo João M. *Governando o Governo: Modernização da Administração Pública no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Atlas. 2008.

Referências Complementares

Peixoto , Paulo João M. *A Política das Políticas Públicas: Progresso Econômico e social na América Latina*. In: Relatório 2006. São Paulo: Campus Elsevier, 2006.

LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André. (org.). *Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, Fátima Bayma de. Kasznar, Istvan Karoly. *Saúde, previdência e assistência social. Políticas Públicas Integradas Desafios e Propostas Estratégicas*. São Paulo: Fundação Getulio Vargas (FGV) e Editora Pearson Education, 2007

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane. (Orgs). *Políticas Públicas*. Coletânea. Brasília: ENAP, vol. 2. 2006. Disponível em: <www.enap.gov.br>. Acesso em: 9 abr. 2009.



MÓDULO 5

GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA I – 60 horas – 4 créditos

Evolução e conceitos de logística e de administração de materiais. Previsão da demanda interna de bens e serviços. Estudo do gerenciamento da administração de recursos materiais, como função básica de administração. Gestão de transportes. Gestão de estoques e materiais. Gestão de compras. Gestão de fornecedores (contratos). Administração de Patrimônio.

Referências Básicas

BALLOU, Ronald H.. *Logística Empresarial*. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. *Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos*. 6. ed. São Paulo: Bookman, 2006.

Referências Complementares

FRANCISCHINI, Paulino, G.; GURGEL, Floriano do Amaral. *Administração de Materiais e do Patrimônio*. São Paulo: Thomson/Pioneira, 2004.

KEEDI, Samir. *Transportes, Unitização e Seguros Internacionais de Carga*. São Paulo: Aduaneiras, 2006.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. *Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais*. São Paulo: Saraiva, 2003.

POZO, Hamilton. *Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística*. São Paulo: Atlas, 2007.

VIANA, João, J. *Administração de Materiais: um enfoque prático*, São Paulo: Atlas, 2008.

GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO – 60 horas – 4 créditos



Evolução da gestão de pessoas. Conceitos da gestão de pessoas. Processos de gestão de pessoas. Planejamento estratégico de pessoas. Gestão de equipes, gestão por competências e gestão do conhecimento. Gestão de pessoas no setor público: teoria e prática. Admissão e dispensa de servidores públicos. Cargos e salários. Programas de incentivos e benefícios. Prêmios e recompensas. Desenvolvimento de pessoas. Políticas de desenvolvimento de servidores. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público. Avaliação de desempenho individual. Sistemas de informações gerenciais na gestão de pessoas. Higiene e segurança no trabalho. Qualidade de vida no trabalho. Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público.

Referências Básicas

LIMA, Paulo Daniel Barreto. *A excelência em Gestão Pública*. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. *Práticas de recursos humanos – PRH: conceitos, fundamentos e procedimentos*. São Paulo: Atlas, 2007.

Referências Complementares

ARAÚJO, Luís Cesar G. *Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional*. São Paulo: Atlas, 2006.

BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. *Administração de recursos humanos*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DEMO, Gisela. *Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional*. São Paulo: Atlas, 2008.

SENGE, Peter M. *A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem*. São Paulo: Best Seller, 1990.

ZARIFIAN, Philippe. *Objetivo competência: por uma nova lógica*. São Paulo: Atlas, 2001.



DIREITO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA – 30 horas – 2 créditos

Conceitos de Direito Tributário, tais como, conhecimento sobre ramos do Direito Público, com ênfase no ramo do Direito Tributário. Estudo das normas constitucionais relativas ao sistema tributário nacional e das normas gerais de Direito Tributário. Estudo e discussão da legislação tributária federal, estadual e municipal e tributos em espécie.

Referências Básicas

CARRAZZA, Roque Antonio. *Curso de Direito Constitucional Tributário*. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

TORRES, Ricardo Lobo. *Curso de Direito Financeiro e Tributário*. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

Referências Complementares

AMARO, Luciano. *Direito Tributário Brasileiro*. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BORGES, H. B. *Planejamento Tributário: IPI, ICMS, ISS e IR*. 6.ed. rev. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. *Auditoria de Tributos: IPI, ICMS e ISS*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. *Gerência de Impostos: IPI, ICMS e ISS*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BATISTA JUNIOR, O. A. *O Planejamento Fiscal e a Interpretação no Direito Tributário*. Belo Horizonte: Melhoramentos, 2002.

CAMPOS, C. H. *Planejamento Tributário*. 2.ed. São Paulo, Atlas, 1985.

CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de Direito Tributário*. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. *Curso de Direito Tributário Brasileiro*. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.



MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de Direito Tributário*. 29.ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

DIREITO EMPRESARIAL – 30 horas – 2 créditos

Envolve conceitos sobre Direito Empresarial e sua evolução. Pessoas Físicas e jurídicas. Atos e fatos jurídicos. Empresário. Empresa. Estabelecimento Empresarial. Obrigações profissionais do Empresário. Sociedades Empresariais, sua constituição, modificação, extinção e liquidação. Contratos em geral. Títulos de crédito. Noções de falência e Recuperação Judicial.

Referências Básicas

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. *Curso de Direito Empresarial*. 2.ed. São Paulo: Jus Podium, 2008.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercial*. v.02. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

Referências Complementares

RESTIFFE, Paulo Sérgio. *Manual do Novo Direito Comercial*. São Paulo: Dialética, 2006.

BORBA, José Edwaldo Tavares. *Direito Societário*. 8.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

FAZZIO JR., Waldo. *Direito Comercial*. 7.ed. Coleção Fundamentos Jurídicos, v. 12. São Paulo: Atlas, 2008a.

_____. *Manual de Direito Comercial*. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2008b.

MARTINS, Fran. *Curso de Direito Comercial*. 22.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.



MATEMÁTICA FINANCEIRA E ANÁLISE DE INVESTIMENTO – 60 horas –

4 créditos

Capitalização simples e composta. Descontos simples e compostos. Equivalência de fluxos de caixa em regimes de capitalização simples e composta. Anuidades ou rendas. Sistemas de amortização. Inflação e correção monetária. Fluxos de caixa e análise de investimentos. Critérios econômicos de avaliação de projetos: taxa interna de retorno, valor presente líquido e índice de lucratividade.

Referências Básicas

ASSAF NETO, Alexandre. *Matemática Financeira e suas aplicações*. São Paulo: Atlas, 2008.

MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. *Matemática Financeira*. São Paulo: Atlas, 2009.

Referências Complementares

ASSAF NETO; LIMA, Francisco Glauber. *Curso de administração financeira*. São Paulo: Atlas, 2008.

FARIA, Rogério Gomes. *Matemática Comercial e Financeira*. São Paulo: Ática, 2007.

FARO, Clóvis F. *Fundamentos de matemática financeira*. São Paulo: Saraiva, 2006.

PUCCINI, Abelardo Lima. *Matemática financeira objetiva e aplicada*. São Paulo: Saraiva, 2008.

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – 60

horas – 4 créditos

Planejamento e políticas públicas. Teorias e modelos de planejamento governamental. Enfoque sistêmico e estratégico de planejamento. Métodos, técnicas/características e etapas Avaliação e acompanhamento como parte do processo de planejamento. Construção de indicadores de monitoramento e avaliação. Evolução do planejamento



governamental no Brasil. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento. Planejamento governamental no Brasil contemporâneo: concepção, estrutura e sistema do PPA.

Referências Básicas

IANNI, Otávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MATUS, Carlos. *Adeus, senhor presidente: governantes governados*. São Paulo: FUNDAP, 1997.

Referências Complementares

CARVALHO, Horácio M. *Introdução à teoria do planejamento*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

FERREIRA, Francisco Whitaker. *Planejamento sim e não*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HUERTAS, Franco. *O método PES: entrevista com Matus*. São Paulo: FUNDAP, 1996.

LAFER, Betty M. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

MATUS, Carlos. *Estratégias políticas*. São Paulo: FUNDAP, 1996.

SEMINÁRIO TEMÁTICO I NA LFE I, LFE II ou LFE III – 30 horas – 2 créditos

Projeto de pesquisa, desenvolvido por professor do curso, que incorpora estudos teóricos e pesquisa de campo, visitas técnicas, palestras, apresentação de seminário, que oportunize aos discentes o início de conhecimentos sobre temas específicos sobre a linha de pesquisa escolhida pelo aluno: gestão de organizações sociais, gestão de organizações governamentais ou gestão de políticas públicas.

Referências Básicas

De acordo com o tema e a linha de formação escolhida.



Referências Complementares

Escolhida de acordo com o tema e a linha de formação estudada.

MÓDULO 6

ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA – 60 horas – 4 créditos

Evolução do pensamento estratégico. Administração Estratégica e Planejamento Estratégico. Vantagens e desvantagens do Processo de Planejamento Estratégico. Etapas do processo de Planejamento Estratégico na Administração Pública: implantação, controle e avaliação do processo de Planejamento Estratégico.

Referências Básicas

THOMPSON Jr., Arthur A.; STRICKLAND III, Alonzo J. *Planejamento estratégico: elaboração, implementação e execução*. São Paulo: Pioneira, 2000.

JOHNSON, Guerry; SCHOLLES, Kevan; WHITTINGTON, Richard. *Explorando a estratégia corporativa*. Porto Alegre: Bookman, 2007.

Referências Complementares

HITT, Michel A.; IRELAND, R. Duane.; HOSKISSON, Robert E. *Administração estratégica: competitividade e globalização*. São Paulo: Thompson, 2008.

ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS – 60 horas – 4 créditos

Planejamento e projeto: conceituação, Estruturas organizacionais voltadas para projeto. Habilidades de gerente de projetos. Equipes de projeto. Ciclos e fases do projeto: fluxo do processo. Definição do escopo do projeto. Identificação de restrições. Planejamento de recursos e estimativas. Definição dos controles de planejamento do projeto. Criação



do plano de projeto. Avaliação e controle do desempenho do projeto. Planejamento, programa e controle de projetos e produtos especiais, produzidos sob encomenda. Métodos e técnicas utilizados na avaliação econômica e social de projetos. Avaliação do risco e do retorno dos projetos. Análise de custos futuros gerados pelo projeto. Aceleração de projetos. Organização geral. Aplicação de técnicas de Gantt, CPM, PERT/TEMPO e PERT/CUSTO. Uso de software para gerenciamento de projetos.

Referências Básicas

CLEMENTE, Ademir (Org.). *Projetos empresariais e públicos*. São Paulo: Atlas, 2002.

MAXIMIANO, Antônio Cesar A. *Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Referências Complementares

CARVALHO, Marly Monteiro; REBECHINI JUNIOR, Roque. *Gerenciamento de projetos na prática* (casos brasileiros). São Paulo: Atlas, 2006.

CLEMENTS, James P.; GIDO, Jack. *Gestão de projetos*. São Paulo: Thomson, 2007.

CONTADOR, Cláudio R. *Projetos sociais: avaliação e prática*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MOURA, Dácio Guimarães; BARBOSA, Eduardo F. *Trabalhando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

PMI. PMI-BOK – *Book of Knowledge*. Trad. Equipe PMI-MG. Belo Horizonte: PMI/MG, 2002.

GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA II – 60 horas – 4 créditos

Introdução a operações e à natureza do serviço. Operações de serviço. Sistemas e processos de serviço. Projeto e organização do posto de trabalho. Arranjo físico e fluxo. Localização de instalações. Gestão de filas. Gestão da capacidade e da demanda. Relacionamento com clientes e fornecedores. Melhoria operacional: produtividade,



qualidade, garantia e recuperação de falhas. Planejamento e gestão da rede de operações e serviço.

Referências

ARNOLD Jr., Tony. *Administração de materiais*: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1999.

JOHNSTON, Robert; CLARK, Grahlan. *Administração de Operações de Serviço*. São Paulo: Atlas, 2002.

FRITZSIMMONS, James A.; FRITZSIMMONS, Mona J. *Administração de Serviços*. Porto Alegre: Bookman, 1998.

SLACK. Nigel *et al.* *Administração da Produção*. São Paulo: Atlas, 2002.

ORÇAMENTO PÚBLICO – 60 horas – 4 créditos

Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento: receita e despesa. Execução orçamentária e financeira: etapas da receita e da despesa. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.

Referências Básicas

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. *Gestão de Finanças Públicas*: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 2. ed. Brasília: Editora Paulo Henrique Feijó, 2008.

GIACOMONI, James. *Orçamento público*. 11. ed. Amp. Rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2002.

Referências Complementares



CORE, Fabiano Garcia. Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na alocação dos recursos públicos. *Anais do IX Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Madrid, España, 2004. Disponível em: <<http://www.clad.org.ve/fulltext/0049604.pdf>>.

FREITAS, Mário S. N. *Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. Bahia Análise e Dados*. Salvador, 2003. Disponível em: <http://wi.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/fincancas/pag_09.pdf>.

GARCIA, Ronaldo C. *Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação Governamental*. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em: <www.preac.unicamp.br/arquivo/materiais/txt_apoio_ronaldo_garcia.pdf>.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. *Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil: planejamento e políticas públicas*, 2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/ppp/pdf/ppp26.pdf#page=6>>. Acesso em: 9 abr. 2009.

SOUZA, Alexandre B. *Planejamento Governamental no Brasil*. Brasília: Departamento de Administração da Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/ar/rosa01/page16.html>>. Acesso em: 9 abr. 2009.

Empreendedorismo Governamental – 30 horas – 2 créditos -

Fundamentos do Empreendedorismo – definição e origem; migração do Estado patrimonialista ao Estado empreendedor; empreendedorismo privado x público; razões do empreendedorismo. Gestão Empreendedora – análise de cenários; identificação de oportunidades; o ciclo orçamentário e as proposições de ações; casos de sucesso; gestão por resultados; Perfil e Comportamento Empreendedor – síndromes, mitos, características, habilidade inata ou comportamento aprendido, empreendedor e intraempreendedor, e empreendedor estratégico.

Referências Básicas

GERBER, Michael E. *Empreender Fazendo a Diferença*. São Paulo: Fundamento, 2004.

REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. *Planejamento Estratégico Municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, Prefeituras e Organizações Públicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

Referências Complementares

ARMANI, Domingos. *Como elaborar projetos?* Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.

BANDEIRA, Cynthia. *Aprender a Empreender*. Juiz de Fora: Esdeva, 2006.

HERMANN, Ingo Louis. *Empreendedorismo e Estratégia*. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2005.

MINTZBERG, Henry. AHLSTRAND, Bruce. LAMPEL, Joseph. *Safári de estratégia*. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SOLOMONCA, Davi. *Gestão por Resultados na Administração Pública*. 2. ed. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2007. (Espaço para texto da IPES)

SEMINÁRIO TEMÁTICO II NA LFE I, LFEII ou LFEIII – 30 horas – 2 créditos

Projeto de pesquisa, desenvolvido por professor do curso, que incorpora estudos teóricos e pesquisa de campo, visitas técnicas, palestras, apresentação de seminário, que oportunize aos discentes o início de conhecimentos sobre temas específicos sobre a linha de pesquisa escolhida pelo aluno: gestão de organizações sociais, gestão de organizações governamentais ou gestão de políticas públicas.

Referências Básicas

De acordo com o tema e a linha de formação escolhida.

Referências Complementares



Escolhida de acordo com o tema e a linha de formação estudada.

MÓDULO 7

AUDITORIA E CONTROLADORIA – 60 horas – 4 créditos

Probidade administrativa. Princípios e sistema de controle na administração pública. Controle social e transparência no Brasil. Fiscalização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Organização e funcionamento do controle externo e interno na administração pública Fluxo da gestão governamental (PPA, LDO, LOA). Conceitos de Auditoria Governamental. Tipos de Auditoria Governamental. Controles da Administração Pública. Elaboração de Relatório de Auditoria.

Referências Básicas

CRUZ, Flávio da. *Auditoria governamental*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LUNKES, Rogério João; SCHNORRENBURGER, Darcy. *Controladoria: na coordenação dos sistemas de gestão*. São Paulo: Atlas, 2009.

Referências Complementares

MACHADO, Marcus Vinícius Veras; PETER, Maria da Glória Arrais. *Manual de auditoria governamental*. São Paulo: Atlas, 2003

CRUZ, Flávio da; GLOCK, José Osvaldo. *Controle interno nos municípios*. 3. ed. São Paulo, Atlas, 2006.

SLOMSKY, Valmor. *Controladoria e governança na gestão pública*. São Paulo: Atlas, 2005.

SANTOS, Gerson dos. *Manual de administração patrimonial*. Florianópolis: Papalivro, 2003.

SILVA, Lino Martins da. *Contabilidade governamental*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.



GESTÃO DA REGULAÇÃO – 30 horas – 2 créditos

Direito e Economia da Regulação e da Concorrência; O Poder Regulatório do Estado e Concessão de Serviços Públicos; Políticas e Estrutura da Regulação no Brasil; Defesa do Consumidor; Defesa da Concorrência. O marco regulatório brasileiro: legislação, órgãos e entidades (nacionais, estaduais e municipais).

Referências Básicas

PINDICK, Robert. S.; RUBINFELD, Daniel L. *Microeconomia*. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

MOLL, Luiza Helena. *Agências de regulação do mercado*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

Referências Complementares

ARAGÃO, Alexandre Santos de. *A organização e controle social das agências reguladoras: crítica aos anteprojetos de lei*. Porto Alegre: ABAR, 2004.

CAMARGO, Ricardo A. L. *Agências de regulação no ordenamento jurídico-econômico brasileiro*. Porto Alegre: Fabris, 2000.

SALGADO, Lucia H. *A economia política da ação antitruste*. São Paulo: Singular, 1997.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. *Direito, Economia e mercados*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Cap. 6 – Regulação dos Serviços Públicos.

NEGOCIAÇÃO E ARBITRAGEM – 60 horas – 4 créditos

Mediação e arbitragem: o marco regulatório brasileiro. Negociação: conceitos e princípios; o conflito; o negociador; o objeto; o lugar; os modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; feedback. Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem; o árbitro; a sentença arbitral.

Referências Básicas

CARMONA, Carlos A. *Arbitragem e processo: um comentário à Lei nº 9.307/96*. São Paulo: Atlas, 2004.

MARTINELLI, Dante P.; GHISI, Flávia A. *Negociação: aplicações práticas de uma abordagem sistêmica*. São Paulo: Saraiva, 2006.

Referências Complementares

BURBRIDGE, R. Marc *et al.* *Gestão de negociação*. São Paulo: Saraiva, 2005.

CARVALHAL, Eugênio do *et al.* *Negociação e administração de conflitos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FALJONE, Ademar. *Negociações sindicais: como negociar em tempos de globalização*. São Paulo: Makron Books, 1998.

HIRATA, Renato H. *Estilos de negociação*. São Paulo: Saraiva, 2007.

MAGRO, Maíra; BAETA, Zínia. *Guia valor econômico de arbitragem*. Rio de Janeiro: Globo, 2004.

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – 60 horas – 4 créditos

História da tecnologia. Conceitos fundamentais: ciência, tecnologia e inovação. Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação. Principais condicionantes do processo de inovação tecnológica. Gestão da inovação tecnológica. Avaliação de projetos de P&D. Financiamento para a inovação no Brasil. Tecnologias convencionais e tecnologias sociais. Novas tecnologias e suas implicações sociais. As TICs em foco.

Referências Básicas

CORAL, Eliza; OGLIARI, André; ABREU, Aline França de (Orgs.). *Gestão integrada da inovação: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos*. São Paulo: Atlas, 2008.

TIGRE, Paulo Bastos. *Gestão da Inovação: a economia da tecnologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

Referências Complementares

BRUNO, Lúcia (Org.) *Organização, trabalho e tecnologia*. São Paulo: Atlas, 1986.

LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe (Orgs.). *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

TARAPANOFF, Kira (Org.) *Inteligência organizacional e competitiva*. Brasília: Editora UNB, 2001.

WARSCHAUER, Mark. *Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate*. São Paulo: Editora Senac, 2006.

Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública– 60 horas – 4 créditos

Conceito, gênese e tipos de redes, modelos de gestão e estruturas de redes públicas. Redes federativas e redes públicas de cooperação, redes comunitárias. Complementaridade e Supletividade nas redes híbridas.

Referências Básicas

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. (Orgs.) *Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, Willian (Org.). *Governar em rede: o novo formato do setor público*. São Paulo: Editora Unesp, 2006. (Esta é uma publicação da ENAP).

Referências Complementares

CRUZ, Junior Alisson Westarb; MARTINS, Tomas Sparano; AUGUSTO, Paulo Otávio Mussi (Orgs.). *Redes Sociais e Organizacionais em Administração*. Curitiba: Juruá, 2008.



CRUZIO, Helnon de Oliveira. *Cooperativas em redes de autogestão do conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FLEURY, Sonia; OUVENERY, Assis M. *Gestão de Redes: a estratégia de regionalização da política de saúde*, Rio de Janeiro: FGV, 2007.

NETO, João Amato. *Redes Entre Organizações*. São Paulo: Atlas, 2001.

SCHLITHLER, Célia Regina Belizia. *Redes de Desenvolvimento Comunitário: Iniciativas para a transformação social*. São Paulo: Global Editora, 2004.

SEMINÁRIO TEMÁTICO III NA LFE I, LFE II ou LFE III – 30 horas – 2 créditos

Projeto de pesquisa, desenvolvido por professor do curso, que incorpora estudos teóricos e pesquisa de campo, visitas técnicas, palestras, apresentação de seminário, que oportunize aos discentes o início de conhecimentos sobre temas específicos sobre a linha de pesquisa escolhida pelo aluno: gestão de organizações sociais, gestão de organizações governamentais ou gestão de políticas públicas.

Referências Básicas

De acordo com o tema e a linha de formação escolhida.

Referências Complementares

Escolhida de acordo com o tema e a linha de formação estudada.

MÓDULO 8

GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE – 60 horas – 4 créditos

A evolução da gestão ambiental; as políticas de comando e controle; conceitos e propostas para um desenvolvimento sustentável; a evolução da legislação ambiental; o



novo papel dos Municípios, dos Estados e da União na gestão ambiental pública; o setor público como cliente e seu poder de compra; a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); o desenvolvimento regional sustentável; as políticas do governo brasileiro frente aos acordos internacionais de proteção ambiental

Referências Básicas

MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson; SATTERTHWAIT, David.

Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

NASCIMENTO, Luís Felipe; LEMOS, Ângela Denise Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu. *Gestão Socioambiental Estratégica*. Porto Alegre: Editora Bookman, 2008.

Referências Complementares

BIDERMAN, Rachel *et al.* *Guia de compras públicas sustentáveis: uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/guia_compras_sustentaveis.pdf>.

Acesso em: 12 mar. 2009.

BUARQUE, Sergio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Gramond, 2002.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. *Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios*. Campinas: Papirus, 2003.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS L. Hunter. *Capitalismo Natural: criando a próxima Revolução Industrial*. São Paulo: Cultrix, 1999.

QUINTAS, José Silva. *Introdução à Gestão Ambiental Pública*. Coleção Meio Ambiente – Série Educação Ambiental. IBAMA, Brasília, 2002.

POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE – 60 horas – 4 créditos

Introdução ao estudo das políticas públicas. Conceitos fundamentais: políticas públicas, público e privado, público e estatal, público e governamental. Estado, mercado e esfera pública. O Estado de Bem-estar Social, a formação da cidadania moderna e o desenvolvimento da democracia. Histórico do Estado de Bem-estar Social. Tipologias de Estados de Bem-estar Social. A formação da Agenda Pública. A questão da decisão e da não-decisão. Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos políticos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. Implementação e avaliação das políticas públicas. Tendências das políticas públicas no início do Século XXI. Liberalismo, social democracia e políticas públicas. O efeito da globalização para as políticas públicas. A participação da sociedade na decisão e acompanhamento da execução das políticas públicas: a gestão democrática.

Referências Básicas

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane. (Orgs). *Políticas Públicas*. Coletânea. Brasília: ENAP, vol. 2. 2006. Disponível em: <www.enap.gov.br>. Acesso em: 9 abr. 2009.

Referências Complementares

DAGNINO, Eveline. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LUBAMBO, Cátia W.; COELHO, Denilson B.; MELO, Marcus André. (org.). *Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2005.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS – 60 horas – 4 créditos

Analisar as relações internacionais no período contemporâneo e verificar como se encontra estruturado o sistema internacional. Temas como a globalização, a regionalização, a interdependência e aqueles que têm ocupado a agenda dos governos nos anos de 1990, tais como as organizações internacionais e não-governamentais, o meio ambiente, os direitos humanos, os conflitos étnicos e religiosos, os nacionalismos e o terrorismo.



Referências Básicas

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. *O que são relações internacionais*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SEITENFUS, Ricardo. *Manual das organizações internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

Referências Complementares

PASSETTI, Edson; OLIVEIRA, Salette (orgs.). *Terrorismos*. São Paulo: Educ, 2006.

RESENDE, Paulo-Edgar; DOWBOR, Laislau; IANNI, Octavio (orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 2002.

ROMÃO, Wagner; XAVIER, Marcos; RODRIGUES, Gilberto (orgs.). *Cidades em relações internacionais*. São Paulo: Desatino, 2009.

VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luis Eduardo; MARIANO, Marcelo (orgs.). *Dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: Unesp/Educ, 2004.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações exteriores do Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

Licitação, Contratos e Convênios – 60 horas – 4 créditos

Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade, modalidades, pregão eletrônico e presencial, fases, revogação e invalidação, controle. Contratos: formalização, direitos e deveres, execução, alteração, inexecução, extinção, espécies, controle. Convênios: aspectos gerais, participantes, objeto, formalização, controle.

Referências Básicas

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. São Paulo, Atlas, 2009.



MOTTA, Carlos Pinto Coelho. *Eficácia nas licitações e contratos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

Referências Complementares

CRUZ, Flávio da (Coord). *Lei de Responsabilidade Fiscal comentada*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GASPARINI, Diógenes. *Direito administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2008.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. Atualização de Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo, José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 2008.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2009.

SEMINÁRIO TEMÁTICO IV NA LFE I, LFE II ou LFE III – 30 horas – 2 créditos

Projeto de pesquisa, desenvolvido por professor do curso, que incorpora estudos teóricos e pesquisa de campo, visitas técnicas, palestras, apresentação de seminário, que oportunize aos discentes o início de conhecimentos sobre temas específicos sobre a linha de pesquisa escolhida pelo aluno: gestão de organizações sociais, gestão de organizações governamentais ou gestão de políticas públicas.

Referências Básicas

De acordo com o tema e a linha de formação escolhida.

Referências Complementares

Escolhida de acordo com o tema e a linha de formação estudada.



DISCIPLINAS OPTATIVAS

REDAÇÃO OFICIAL – 60 horas – 4 créditos

Características do texto administrativo e a linguagem oficial aplicadas na produção de documentos e correspondências oficiais e empresariais.

Referências Básicas

BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República*. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Congresso Nacional – Câmara dos Deputados. *Manual de Redação*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

Referências Complementares

BLIKSTEIN, Izidoro. *Técnicas de comunicação escrita*. 12. ed. São Paulo: Ática, 1995.

FLORES, Lúcia Locatelli. *Redação oficial*. 3 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

GOLD, Mirian. *Redação empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização*. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

MEDEIROS, João Bosco. *Correspondência: técnicas de comunicação criativa*. 13 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Administração. Diretoria de Patrimônio e documentação. *Padronização e redação dos atos oficiais*. 2 ed. rev. e atual. Florianópolis: SEA, 2003.

INFORMÁTICA PARA ADMINISTRADORES – 60 horas – 4 créditos

Estrutura de computadores. Softwares. Aplicativos: processadores de textos, planilha eletrônica e apresentação de slides. Sistemas Computacionais: características, noções de



modelagem de dados. Bancos de dados. Internet e páginas web. Correio Eletrônico: uso corporativo, atividades em grupo.

Referências Básicas

NORTON, Peter. *Introdução à informática*. São Paulo: Pearson Makron Books, 1996.

STAIR, Ralph M. *Princípios de Sistemas de Informação: uma abordagem gerencial*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1998.

Referências Complementares

GORDON, Steven R.; GORDON, Judith R. *Sistemas de informação: uma abordagem gerencial*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2006.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. *Sistemas de informação com Internet*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1999.

O'BRIEN, James A. *Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da Internet*. São Paulo: Saraiva, 2003.

REBOUÇAS DE OLIVEIRA, Djalma de Pinho. *Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas, operacionais*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TURBAN, Efraim; RAINER Jr., R. Kelly, POTTER, Richard E. *Administração de tecnologia da informação*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

Leitura e Produção de Textos – 60 horas – 4 créditos

Linguagem e língua. Variedade linguística. Preconceito Linguístico. Estratégias de leitura visando à compreensão e análise crítica. Mecanismos de coesão textual. Fatores de coerência textual. Progressão e continuidade textual. Tipologias de textos. As relações entre os textos. Produção textual de diferentes gêneros discursivos. Adequação à norma padrão.

Referências Básicas

ANTUNES, I. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. 5. ed. São Paulo: Parábola, 2005.

MANDRIK, D.; FARACO, C. A. *Língua portuguesa: prática de redação para estudantes universitários*. 10ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Referências Complementares

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

DISCINI, N. *Comunicação nos textos: leitura, produção e exercícios*. São Paulo: Contexto, 2005.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. *Para entender o texto: leitura e redação*. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.

FISCHER, S. R. *Uma breve história da linguagem: introdução à origem das línguas*. Osasco/São Paulo: Novo Século Editora, 2009.

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

KOCH, I. V. *O texto e a construção dos sentidos*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *As tramas do texto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____; TRAVAGLIA, L. C. *A coerência textual*. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DISCIPLINA DE NIVELAMENTO

MATEMÁTICA BÁSICA – 60 horas – 4 créditos

Conjuntos e Relações. Potenciação, Radiação, Logaritmo e Exponencial. Produtos Notáveis. Razão, Proporção e Porcentagem. Frações. Equações de 1º e 2º graus. Inequações de 1º grau. Aplicações.

Referências Básicas



LEITHOLD, Louis. *Matemática Aplicada à Economia e Administração*. São Paulo: Harbra, 1988.

BEZERRA, Manoel J.; PUTNOKI, José Carlos. *Novo Bezerra: Matemática (2º Grau)*. Volume Único. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1996.

Referências Complementares

WEBER, Jean E. *Matemática para Economia e Administração*. 2. ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1986.

ALENCAR FILHO Edgar de. *Teoria Elementar dos conjuntos*. 15. ed. São Paulo: Nobel, 1974.

Introdução à EAD – 30 horas – 2 créditos

Ementa:

Uma Introdução aos Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação a Distância. Apresentação e Ambientação da Sala Aula Virtual Moodle. O Aluno Virtual. Comunidades Virtuais de Aprendizagem. Avaliação em Ambientes Virtuais de Aprendizagem apoiados pela Internet. Histórico da Educação a Distância

Bibliografia Básica

LITWIN, Edith.(org.) *Educação a Distância: temas para o debate de uma nova agenda educativa*. Porto Alegre: Artmed. 2001.110 p.

PALLOFF, R; & PRATT, K. *O Aluno Virtual: um guia para trabalhar com estudantes online*. Tradução: Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2004, 216 p.

PALLOFF, R & PRATT, K. *Construindo Comunidades de Aprendizagem no Ciberespaço: estratégias eficientes para a sala de aula on-line*. Tradução: Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2002, 247p.

PETERS, Otto. *Didática do Ensino a Distância: experiência e estágio da discussão numa visão internacional*. Tradução: Ilson Kayser. S.Leopoldo: Editora UNISINOS. 2001. 401 p.

Bibliografia Complementar

PETERS, Otto. *Educação a Distância em Transição*. Tradução: Leila Ferreira de Souza Martins. S.Leopoldo: Editora UNISINOS. 2004. 400 p.

PRETI, Oreste(Org.) *Educação a Distância: construindo significados*. Brasília: Ed.Plano.2000. 268 p.



ANEXO 4 – REGIMENTO DE ESTÁGIO

O estágio Supervisionado no âmbito da UNILAB é regido pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e regulamentado pelo Estatuto da UNILAB.

